

## AES ELETROPAULO ALCANÇA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 1.347,7 MILHÕES E INVESTIMENTO RECORDE DE R\$ 682,3 MILHÕES

### Comentários do Sr. Rinaldo Pecchio - Diretor Vice-Presidente e Relações com Investidores

Em 2010, os clientes cativos na área de concessão da AES Eletropaulo consumiram 35.434 Gwh, crescimento de 2,9% em relação ao ano de 2009, impactado pelo bom desempenho das classes residencial e comercial. Já o mercado total apresentou evolução de 5,0% devido ao crescimento expressivo dos clientes livres.

Os resultados da Companhia refletem os eventos não recorrentes (i) da liquidação financeira das quotas da AES Eletropaulo Telecom, (ii) o efeito positivo do recebimento da segunda parcela do acordo firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo, (iii) acordo com a massa falida do Banco Santos e (iv) a reversão de processos de complementação de aposentadoria. Além desses fatores, ocorreu a implementação do IFRS que contribuiu positivamente com o resultado no período.

Buscando sempre o melhor na sua qualidade de serviços, a Companhia atingiu o montante recorde de R\$ 682,3 milhões em investimentos em 2010, o que também contribuiu positivamente para a melhora dos indicadores operacionais.

A administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária (AGO), prevista para abril de 2011, a distribuição de R\$ 916,4 milhões na forma dividendos e juros sobre capital próprio. Somados aos dividendos intermediários já antecipados, o dividend yield do ano será de 28,6%.

↑ Aumento de 2,9% no consumo do mercado cativo	↑ Receita líquida superior em 10,4%	↑ Acréscimo de 35,9% no Ebitda	↑ Lucro líquido 16,5% superior	↑ Redução de 0,9 p.p. em perdas	↑ Investimos R\$ 682,3 milhões no ano
--	-------------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	---------------------------------	---------------------------------------

R\$ milhões	2009	2010	Var (%)
Receita Líquida	8.785,6	9.697,2	10,4%
Despesas Operacionais <sup>1</sup>	(6.430,8)	(6.745,0)	4,9%
EBITDA	1.775,3	2.412,8	35,9%
Margem EBITDA	20,2%	24,9%	23,1%
EBITDA ajustado <sup>2</sup>	1.950,5	2.574,3	32,0%
Margem EBITDA Ajustado	22,2%	26,5%	19,6%
Lucro/Prejuízo Líquido	1.156,5	1.347,7	16,5%
Margem Líquida	13,2%	13,9%	5,6%
Patrimônio Líquido (PL)	3.721,7	3.737,4	0,4%
Investimentos (Capex)	515,7	682,3	32,3%

INDICADORES	2009	2010	Var (%)
Dívida Líquida <sup>3</sup> (R\$ milhões)	2.674,6	2.436,3	-8,9%
Dívida Líquida / PL (vezes)	0,7 x	0,7 x	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado <sup>3</sup> (vezes)	1,4 x	0,9 x	
EBITDA Ajustado/ Desp. Fin. Consolidada (vezes)	-4,5 x	-7,8 x	

DADOS OPERACIONAIS	2009	2010	Var (%)
Mercado Cativo (GWh)	34.436,2	35.434,3	2,9%
Tarifa Média (R\$/GWh) <sup>4</sup>	278,8	293,0	5,1%
Funcionários	4.360	5.663	29,9%
Consumidor/ Funcionários	1.376	1.085	-21,2%

1 - Não inclui depreciação

2 - EBITDA ajustado com Fcsp

3 - Não inclui Operações de Leasing Operacional, adicionadas à dívida contábil em função da Lei nº 11.638

4 - Tarifa Média Líquida (R\$/MWh)

5- 12 meses

São Paulo, 23 de março de 2011 - A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (BOVESPA: ELPL3 e ELPL4; OTC: EPUMY e ELPSY), maior empresa de distribuição de energia elétrica da América Latina, anunciou hoje os resultados referentes ao ano de 2010. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto se estiverem indicadas de outra forma, são apresentadas com base em números da controladora e em milhares de reais, conforme a Legislação Societária.

Escala	Ratings	Fitch <sup>1</sup>	S&P <sup>2</sup>	Moody's <sup>3</sup>
	Nacional	AA-	AA+	Aa1
Internacional	BB+	BB+	Baa3	

últimas atualizações:

1 - Fitch elevou o rating nacional e internacional da Cia. em 09/2010

2 - S&P elevou o rating nacional e internacional da Cia. em 02/2010

3 - Moody's elevou o rating nacional e internacional da Cia. em 03/2010

ELPL4: R\$ 34,45 (22/03/2010)

VALOR DE MERCADO: R\$ 5.765 milhões

VALOR DE MERCADO: US\$ 3.465 milhões

## DESTAQUES 2010

### Operacional

- ↑ Investimentos no ano foram recorde, totalizando R\$ 682,3 milhões, 32,2% superior a 2009, superando ainda o capex projetado para 2010.
- ↑ Em 2010, o consumo total na área de concessão da AES Eletropaulo apresentou crescimento de 5,0% em relação a 2009, somando 43.345 GWh.
- ↑ Percentual de Perdas nos últimos 12 meses foi de 10,9% em 2010 ante 11,7% em 2009, uma redução de 0,8 ponto percentual.
- ↑ DEC e FEC em 2010 apresentaram queda de quase 10% em relação aos indicadores de qualidade no encerramento do exercício de 2009.

### Financeiro

- ↑ A receita líquida totalizou R\$ 9.697,2 milhões, um incremento de 10,4% em relação a 2009.
- ↑ Ebitda de R\$ 2.412,8 milhões em 2010, montante 35,9% superior ao ano anterior, influenciado positivamente por efeitos não recorrentes: (i) liquidação financeira das quotas da AES EP Telecom, R\$ 265,4 milhões; (ii) parcela do acordo com a PMSF, de R\$ 75,5 milhões; e (iii) reversão de R\$ 86,9 milhões referente a processos de complementação de aposentadoria.
- ↑ Lucro Líquido de R\$ 1.347,7 milhões, com impacto positivo de itens não recorrentes: (i) acordo com a massa falida do Banco Santos, de R\$ 70,1 milhões; (ii) liquidação financeira da venda das quotas da AES EP Telecom, de R\$ 175,1 milhões; e (iii) termo com a Fundação CESP que resulta na reversão de provisões trabalhistas, de R\$ 57,4 milhões.
- ↑ Impacto positivo de R\$ 322,6 milhões na base de distribuição de dividendos em 2010 com a adoção do IFRS.

### Regulatório

- ↑ Reajuste tarifário para o período de 2010/2011 positivo de 8,00%, a partir de 04 de julho de 2010 e com efeito médio de 1,62% para os consumidores.
- ↔ A Metodologia do 3º Ciclo de Revisão Tarifária encontra-se em discussão por meio de Audiência Pública da Aneel, número 040/2010, além disso, em janeiro de 2011 teve início mais uma audiência pública, número 005/2011, para discutir qual será o procedimento adotado nos casos em que a data base da revisão tarifária ocorrer antes da publicação da metodologia final.

### Governança

- ↑ Conversão das ações preferenciais classe A em ações preferenciais classe B, garantindo 100% de *tag along* a todas as ações da Companhia
- ↑ Manutenção das ações da AES Eletropaulo na carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa pelo 6º ano consecutivo.
- ↑ Entrada da Companhia no índice ICO2 - Índice Carbono Eficiente da BM&FBovespa reforçando o compromisso da AES Eletropaulo com as práticas transparentes em relação às suas emissões de gases efeito estufa

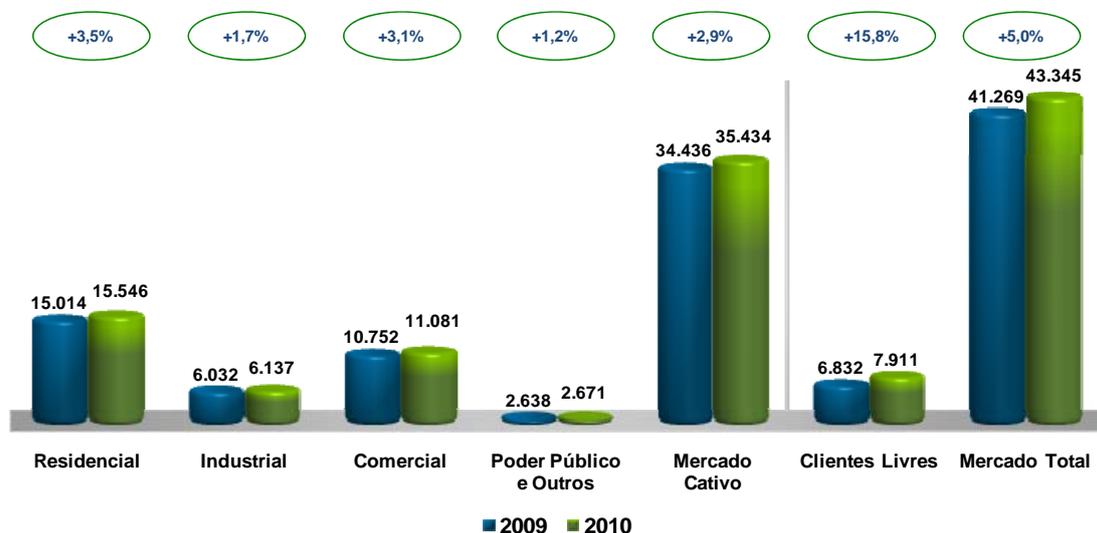
### Premiações

- ↑ Destaque entre as companhias mais admiradas do Brasil no ranking da revista Carta Capital
- ↑ Prêmio Ouro Ibero-Americano de Qualidade, que reconhece a excelência da gestão das empresas e organizações participantes
- ↑ Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, na categoria Energia Elétrica, da Revista Consumidor Moderno

## DESEMPENHO OPERACIONAL

### CONSUMO

#### Comparação do Consumo\* (GWh)



\*Não considera consumo próprio

Diante de um cenário econômico favorável com recuperação da produção industrial, queda na taxa de desemprego e aumento do crédito, o mercado total (cativos e livres) da AES Eletropaulo apresentou crescimento de 5,0% no acumulado do ano de 2010. A alta na produção industrial de 10,5% em 2010, a maior desde 1986 segundo dados do IBGE, explica parte do crescimento de consumo de energia elétrica no País. A evolução do mercado cativo no mesmo período foi de 2,9% (abaixo dos 5,0% do mercado total) devido, principalmente, a: (i) 4 dias a menos de faturamento; e (ii) a migração de clientes para o ACL (Ambiente de Contratação Livre).

No último trimestre do ano, o mercado total da AES Eletropaulo (cativos e livres) cresceu 2,3% quando comparado ao 4T09. Com ritmo de crescimento menos acelerado, a economia interna favoreceu o mercado de energia no 4T10 atingindo volume de 11.147 GWh comparado ao volume de 10.892 GWh no 4T09.

O consumo dos clientes cativos no 4T10, que representam 81% no mercado total, somou 9.082 GWh, em linha com o consumo do 4T09. Assim como no desempenho do ano, a ocorrência de menos dias de faturamento e a migração de clientes para o ACL são os principais fatores que levaram à tal estabilidade. Nesse mesmo período, os clientes livres que representam 19% do mercado total consumiram 2.065 GWh, alta de 14,2% em relação ao 4T09.

#### Desempenho do mercado por classe de consumo

##### Residencial

Apesar do menor número de dias de faturamento e alteração da taxa mínima de faturamento, o consumo da classe residencial em 2010 foi de 15.546 GWh, crescimento de 3,5% em relação a 2009, impactado positivamente pela adição de 155 mil novos clientes, crescimento de 2,8% em relação ao mesmo período de 2009, e superior à evolução de clientes na região Sudeste que, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), foi de 2,5%.

O consumo da classe residencial foi de 3.975 GWh no 4T10, 4,6% acima do 4T09. O maior consumo da classe é explicado por: (i) o incremento do consumo médio dos consumidores residencial; (ii) a

adição de 155 mil novos clientes; (ii) o aumento do crédito e (iii) a queda da taxa de desemprego, conforme Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco Central do Brasil.

### **Industrial**

A classe industrial cativa apresentou alta de 1,7% em função da retomada da produção industrial, que encerrou o ano com crescimento de 10,1% em São Paulo. Por outro lado, a migração de clientes para o ACL e o menor número de dias de faturamento influenciaram negativamente o crescimento da classe.

No 4T10 foram distribuídos 1.585 GWh aos clientes cativos industriais da AES Eletropaulo, decréscimo de 6,5% em relação ao mesmo período de 2009. A queda no consumo ocorreu pelos seguintes fatores: (i) um dia a menos de faturamento, (ii) migração de clientes para o ACL, e (iii) redução do ritmo de crescimento da produção industrial a partir do 2T10. Excluídos os efeitos da variação nos dias de faturamento e a migração ao ACL, a classe industrial teria crescido 1,7% em relação ao mesmo período de 2009.

### **Comercial**

No ano, o total de energia distribuída para a classe foi de 11.081 GWh, com acréscimo de 3,1% em relação ao ano anterior. O crescimento do consumo foi impulsionado pela economia interna favorável com o aumento do crédito pessoal, queda da taxa de desemprego e conseqüente incremento das vendas físicas, o que compensou a redução dos dias de faturamento.

Apesar do bom desempenho das vendas físicas da Região Metropolitana de São Paulo em relação ao 4T09 (8,6%<sup>1</sup>), o consumo da classe apresentou queda de 1,6% no 4T10, alcançando 2.855 GWh. Além de um dia a menos de faturamento, maior tempo de funcionamento dos grandes centros comerciais no 4T09 e da migração de clientes para o ACL, o desempenho é resultado de uma base de comparação elevada em dez/09, quando foi registrado aumento do consumo por influência da temperatura. Se fossem excluídos os efeitos de dias de faturamento e migração ao ACL, a classe comercial teria crescido 1,4% no 4T10 em relação ao mesmo período de 2009.

### **Poderes Públicos e Outros (consumidores rurais, iluminação pública, poderes públicos, tração elétrica, água/esgoto)**

O crescimento de 1,2% no ano de 2010 é o resultado do crescimento do consumo, da redução de 3,8 dias de faturamento (22 GWh) e da revisão das contas da classe iluminação pública. Esse último ocorreu em função da substituição de lâmpadas antigas por lâmpadas mais econômicas a partir das faturas de maio/2007 até out/2010

O consumo cativo das demais classes foi de 668 GWh no 4T10, apresentando decréscimo de 2,6% em relação ao 4T09. As duas principais causas foram: (i) 0,6 dia a menos de faturamento; e (ii) revisão pontual de 27 GWh nas contas da classe iluminação pública citada acima.

### **Clientes Livres**

Nos últimos 12 meses, 62 unidades consumidoras migraram para o ACL e 4 unidades retornaram para ACR (Ambiente de Contratação Regulado). O efeito líquido da movimentação foi de 415 GWh a mais no ACL e, conseqüentemente, a redução do mesmo volume no ACR.

---

<sup>1</sup> Fonte: IBGE. Dados referentes SP de out-dez/10 ante out-dez/09.

No 4T10, devido à conjuntura econômica favorável, o mercado faturado dos clientes livres foi de 2.065 GWh, acréscimo de 14,2% quando comparado com o mesmo período de 2009. Ao final do 4T10, as unidades consumidoras livres na área de concessão da AES Eletropaulo totalizavam 273. Neste trimestre, 18 unidades consumidoras migraram para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e 3 clientes retornaram para o Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

Em junho de 2011, está programada a saída do primeiro cliente livre para a rede básica, que representa 1,1% da carga total da AES Eletropaulo ou 580 GWh. O cliente livre que migra para a rede básica deixa de utilizar a linha de distribuição da Companhia e, portanto, deixa de pagar a Tarifa de Uso de Sistema de Distribuição (TUSD).

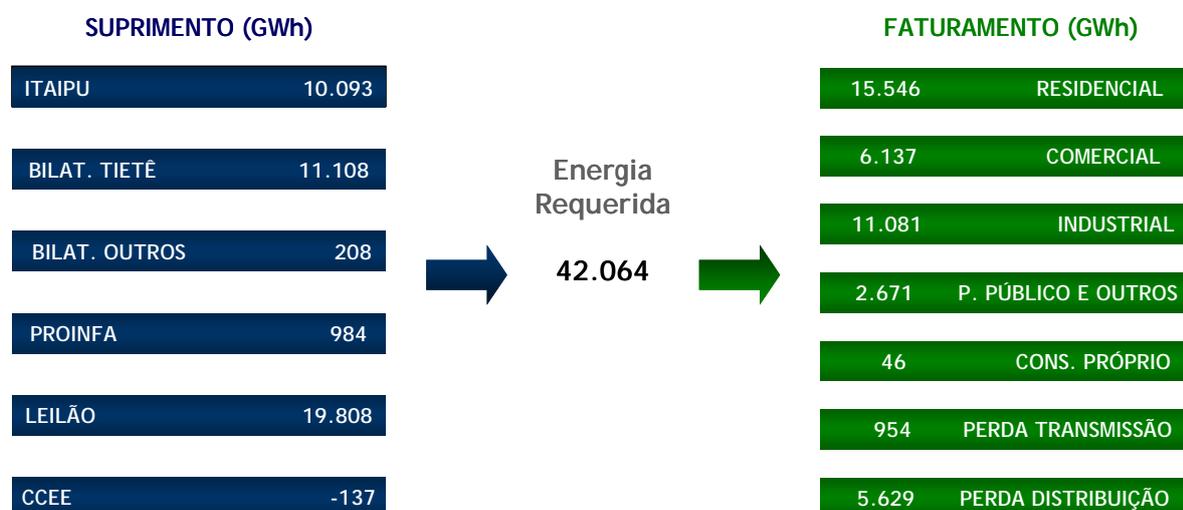
Clientes Livres	Período <sup>3</sup>	número de unidades	GWh Faturado	Período <sup>3</sup>	número de unidades	GWh Faturado no ano
Total de unidades	3T10	257	2.023	4T09	215	6.832
Unidades Novas e Cortadas (Líquido)	4T10	1	7	últimos 12 meses	0	7
Migração para ACL <sup>1</sup>	4T10	18	15	últimos 12 meses	62	432
Retorno para o ACR <sup>2</sup>	4T10	3	5	últimos 12 meses	4	18
Total de unidades	4T10	273	2.065	4T10	273	7.911

1 - ACL = Ambiente de Contratação Livre

2 - ACR = Ambiente de Contratação Regulado

3 - Último mês do período

## BALANÇO ENERGÉTICO - 2010



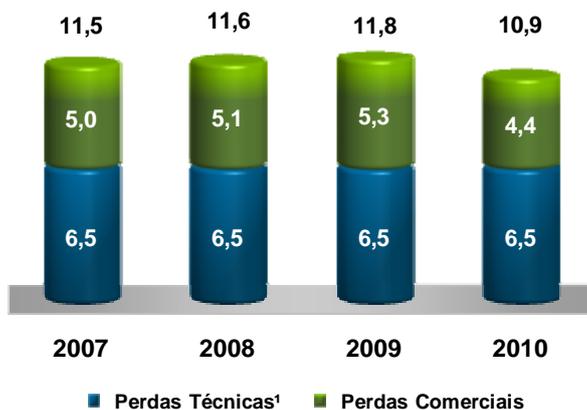
O resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida pelo consumo dos clientes cativos define o nível de contratação da Companhia. A AES Eletropaulo encerrou 2010 a um nível de contratação de 100,3%. Mantendo-se neste patamar, a Companhia evita penalidades por eventual déficit de energia.

No ano, a AES Eletropaulo acumulou sobra de 137 GWh de energia que foi vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a um preço médio de R\$ 191,35 / MWh, gerando uma receita de R\$ 26 milhões.

No 4T10, a sobra de energia da Companhia foi de 94 GWh, que foi vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao preço médio de R\$ 139,15 / MWh, gerando uma receita de R\$ 12 milhões.

## INDICADORES DE PERFORMANCE

### Perdas (%) - (últimos 12 meses)



Obs - Perdas técnicas atuais utilizadas retroativamente como referência

O percentual de perdas é a taxa obtida por meio do volume faturado dividido pelo total do suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses (49.185 GWh). Deduzem-se desse montante as energias retroativas faturadas relativas à recuperação de fraudes. Com base nessa metodologia, a perda física apurada nos últimos 12 meses foi de 10,9%, sendo dividida em perdas técnicas (6,5%) e comerciais (4,4%).

Desde janeiro de 2010, a AES Eletropaulo alterou a metodologia do cálculo de perdas com o objetivo de eliminar as variações provenientes da escala de faturamento e, conseqüentemente, do descasamento entre a compra e a venda de energia. Para efeito de comparação, a alteração foi feita retroativamente a 2009. Desta forma, a parcela de energia vendida aos clientes cativos passou a considerar a energia faturada e também a não faturada, como ocorre em outros demonstrativos financeiros. Esta alteração torna a energia de fronteira mais comparável à energia consumida no período, fornecendo um indicador mais estável e que reflete com maior precisão o nível de perdas de energia.

Em 2010, as perdas da Companhia apresentaram redução de 0,9 ponto percentual. Essa variação deve-se as iniciativas do plano de redução de perdas iniciado no ano de 2009 e consolidado em 2010, tendo como os principais destaques:

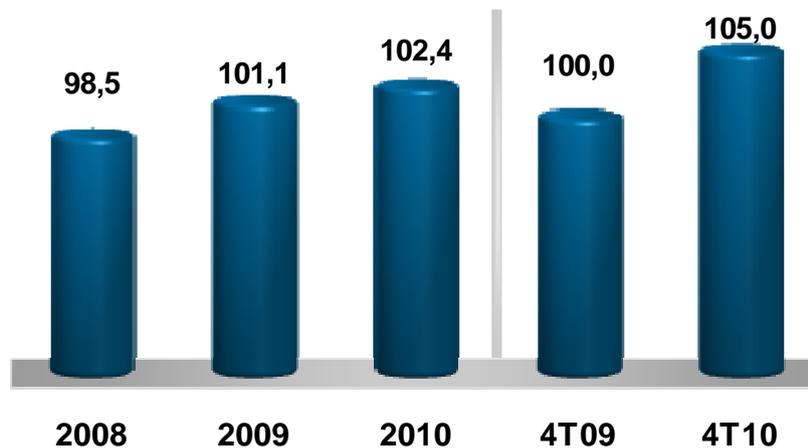
- (i) intensificação do programa de recuperação de instalações cortadas: 38,9 mil instalações recuperadas em 2010, ante 17,1 mil instalações recuperadas em 2009. Apenas no 4T10 foram recuperadas 10,1 mil instalações, um crescimento de 12,7% na comparação com as 9,0 mil instalações recuperadas no 4T09. O objetivo deste programa é recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência, que ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes passam a consumir energia de forma irregular;
- (ii) inspeções de fraude: em 2010 foram realizadas 286,5 mil inspeções, onde foram encontradas 40,8 mil irregularidades ante 336,0 mil inspeções e 41,8 mil irregularidades em 2009. As inspeções, em 2010, foram direcionadas para segmentos de elevado histórico de irregularidades e maior impacto no volume de energia agregada, resultando no aumento da taxa de assertividade das inspeções realizadas de 12,4% em 2009 para 14,2% em 2010. No 4T10, foram encontradas 8,6 mil irregularidades em 66,8 mil inspeções, enquanto no 4T09 foram detectadas 9,4 mil irregularidades em 65,3 mil inspeções;
- (iii) substituição de medidores obsoletos: visa a troca de medidores de vida útil superada por medidores modernos de maior precisão de calibração e leitura dirimindo as perdas de

faturamento por baixa eficiência de leitura. Em 2010 foram substituídos 141,9 mil medidores obsoletos, ante 71,5 mil medidores substituídos em 2009, o que representa um crescimento de 98,5% no período. No 4T10 foram trocados 32,3 mil medidores obsoletos, enquanto no 4T09 foram substituídos 37,0 mil medidores; e

- (iv) regularização de ligações informais (clandestinas): a Companhia regularizou em 2010 55,5 mil ligações informais superando a expectativa de regularização de 45 mil ligações no ano. Em 2009 foram regularizadas 80,2 mil ligações. No 4T10, foram regularizadas 8,8 mil ligações informais comparativamente a 22,8 mil no 4T09.

Em 2010, as iniciativas de combate as perdas acrescentaram ao mercado faturado 558,0 GWh de energia comparado a 476,6 GWh em 2009, um acréscimo de 17,1%. Esse montante divide-se da seguinte forma: (i) R\$ 69,5 milhões às inspeções de combate a fraude; (ii) R\$ 53,9 milhões à substituição de medidores obsoletos e outras iniciativas de combate a perdas; (iii) R\$ 37,1 milhões regularização de ligações informais; e (iv) R\$ 11,8 milhões à recuperação e retenção de clientes cortados.

#### Taxa de Arrecadação (% sobre receita bruta)



A taxa de arrecadação é calculada considerando a arrecadação total do período, dividida pela soma da receita de fornecimento, encargos e receitas de serviços constantes da fatura do consumidor ajustado pelo consumo "não-faturado".

A arrecadação de 2010 fechou em 102,4% contra 101,4% em 2009. Além dos efeitos não recorrentes do 4T10, explicados abaixo, houve no ano pagamento de parcela do acordo pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) no valor de R\$ 37,6 milhões e o recebimento de R\$ 26,7 milhões referente ao subsídio do programa baixa renda. Excluindo-se todos os efeitos não recorrentes do ano de 2010 a taxa de arrecadação da AES Eletropaulo seria de 101,1% em 2010.

Foram realizados em média 96,3 mil cortes mensais em 2010 ante 79,6 mil em 2009. Já as religações atingiram média de 85,8 mil em 2010 ante 55,6 mil em 2009, resultado, principalmente, do aumento do número de cortes.

No 4T10, a taxa de arrecadação foi de 105,0% em comparação a 100,0% no 4T09. Os níveis de arrecadação permanecem acima de 100% devido aos seguintes fatores:

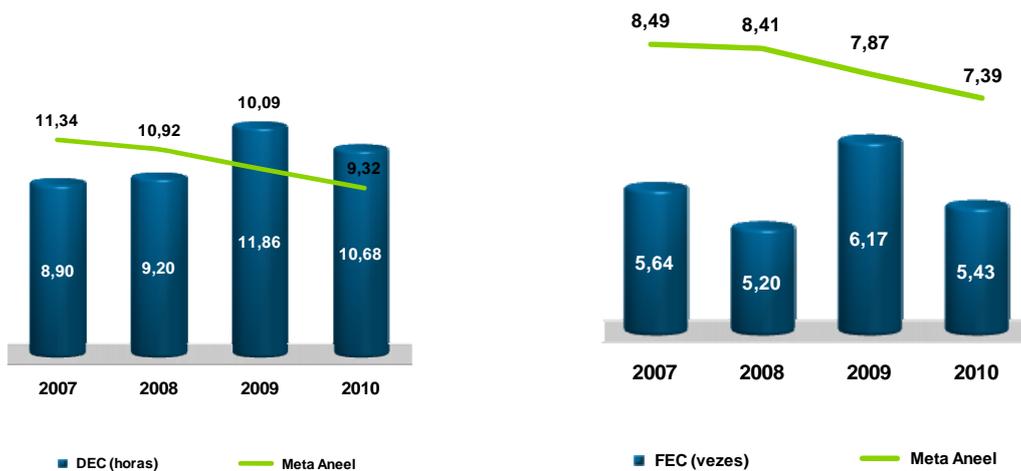
- (i) contínuo aprimoramento dos processos de combate à inadimplência, por meio das ações de corte, cobrança e negativação. Esta ação contribui para a o recebimento das faturas vencidas, além de estimular os consumidores a pagarem as suas faturas em dia. A média mensal de cortes no 4T10 foi de 94,5 mil, comparada a 74,1 mil no 4T09. O número

médio mensal de religações atingiu 80,9mil no 4T10, ante 59,7 mil no 4T09, refletindo o aumento do número de cortes e maior eficiência na gestão da inadimplência.

- (ii) recebimento do valor remanescente da segunda parcela do acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) de R\$ 38,0 milhões em novembro;
- (iii) recebimento do acordo com a (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo) EMTU no valor de R\$ 14,6 milhões em dezembro. O acordo, firmado em 17 de dezembro de 2010, refere-se à dívida da EMTU com a AES Eletropaulo. A dívida com despesas de fornecimento de energia e operação & manutenção do sistema para a rede de trólebus foi considerada quitada com o acordo.
- (iv) recebimento do acordo com a SPTrans no valor de R\$ 20,0 milhões em dezembro. O Acordo com a SPTrans encerra a discussão sobre faturas devidas à AES Eletropaulo pela manutenção do sistema de alimentação elétrica e corrente contínua da rede de trólebus. O convênio firmado entre a Companhia e a SPTrans venceu em 17 de dezembro de 2010 não tendo sido renovado.

Visto que a Aneel mostrou-se contrária às renovações dos dois convênios mencionados acima, por entender que seus escopos não condizem com o objeto de concessão da Companhia, optou-se pela suspensão dos serviços. Com a não renovação dos convênios, a AES Eletropaulo deixa de possuir despesas com a manutenção das redes de trólebus.

#### DEC e FEC - (últimos 12 meses)



► **DEC Padrão ANEEL para 2011: 8,68 horas**

► **FEC Padrão ANEEL para 2011: 6,93 vezes**

Os critérios de cálculo de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), definidos pela Aneel consideram as interrupções acima de 3 minutos e são expurgados os dias com volume atípico de ocorrências.

Em 31 de dezembro de 2010, os índices DEC e FEC dos últimos doze meses da AES Eletropaulo foram de 10,68 horas e 5,43 vezes respectivamente, representando significativa melhora em relação ao ano anterior. Ambos caíram quase 10% em relação aos índices medidos nos últimos 12 meses findos em dezembro de 2009. Em comparação aos índices medidos no final do 3T10, também houve melhora. Nos doze meses até setembro de 2010 os índices eram de 11,65 horas e 5,85 vezes.

Os indicadores contemplam o recálculo em função dos expurgos de ocorrências de caso fortuito ou força maior e de interrupções por fases, atendendo à orientação da Superintendência de Regulação da Distribuição da Aneel. Foram excluídos do cálculo, levando em consideração os últimos 12 meses, os casos de interrupção de energia não gerenciáveis, como por exemplo, a queda de um poste decorrente de um acidente de trânsito.

Visando ao aprimoramento da qualidade do serviço e redução dos índices, a Companhia vem intensificando várias ações, destacando-se:

- (i) intensificação da ação das turmas de podas que realizaram 320 mil intervenções em árvores, montante 105% superior a 2009. Com a atuação de 303 colaboradores, divididos em 101 turmas, foi possível diminuir as quedas e interferências de árvores ou galhos na rede, principal causa de desligamentos.
- (ii) acréscimo no número de turmas para atendimento de emergência. Em 2010, 274 equipes em média atuaram ao longo do ano, envolvendo contingente de 548 colaboradores, enquanto que em 2009 a média foi de 198 equipes, abrangendo 396 colaboradores. A Companhia aumentou em 38% a média de turmas de emergência, com o objetivo de reduzir o DEC.
- (iii) instalação de 282 religadores automáticos na rede de distribuição em 2010. Tais religadores têm a finalidade de proteger a rede contra qualquer anormalidade, funcionando como um interruptor automático. Seu uso proporciona uma melhor gestão da rede, reduzindo as interrupções. Até o final de 2011, a Companhia planeja instalar 2.000 religadores automáticos.

Desde o início de 2010 não há mais penalidade por transgressão dos limites de DEC e FEC. As eventuais transgressões serão pagas por intermédio dos indicadores DIC, FIC e DMIC, ou seja, o ressarcimento será realizado diretamente ao consumidor. As metas para estes indicadores são individuais e levam em consideração tanto a característica da instalação do consumidor (alta, média ou baixa tensão) como a localização geográfica da instalação. Esses indicadores são estabelecidos com base na meta de DEC e FEC definidas pelo regulador (Aneel) para a distribuidora. Desta forma, a Companhia continua a divulgar o resultado dos indicadores DEC e FEC que, por sua vez, continuarão a ser utilizados tanto pelo regulador (Aneel).

No 4T10, as penalidades pagas pela Companhia ao consumidor por eventuais transgressões dos indicadores DIC, FIC e DMIC totalizaram R\$ 2,7 milhões, somando R\$ 24,8 milhões no ano. Os baixos valores das transgressões no 4T10 devem-se a intensificação das ações do plano de redução do DEC e FEC.

## REGULATÓRIO - 2010

### REAJUSTE TARIFÁRIO DE 2010

No dia 29 de Junho de 2010, a Aneel autorizou reajuste tarifário médio de 8,00% à AES Eletropaulo, aplicado em sua tarifa desde 4 de Julho de 2010, conforme publicações da Resolução Homologatória nº 1.025/2010 e Nota Técnica nº 212/2010. Este reajuste consistiu em Reajuste Base e efeitos financeiros de acordo com a composição na tabela abaixo:

Reajuste Tarifário 2010		
<b>Parcela A</b>	Encargos Setoriais	3,31%
	Energia Comprada	2,08%
	Encargos de Transmissão	-0,28%
	<b>Parcela A</b>	<b>5,11%</b>
<b>Parcela B</b>		<b>0,87%</b>
<b>Reajuste Base</b>		<b>5,97%</b>
CVA Total		0,63%
Custos financeiros da Parcela A		-0,13%
Subsídios Tarifários		1,53%
<b>Reajuste Total</b>		<b>8,00%</b>

O aumento aplicado nas diversas classes de consumo apresentou os seguintes impactos percebidos pelos clientes:

<b>Classe de Consumo</b>	<b>Índice</b>
<b>Alta Tensão Cativos</b>	<b>1,11%</b>
<b>Baixa Tensão Cativos</b>	<b>0,80%</b>
<b>Consumidores Livres</b>	<b>14,06%</b>
<b>Média Total</b>	<b>1,62%</b>

### Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 7,12%, representando 5,11% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

(i) Encargos Setoriais - R\$ 1.595 milhões. Aumento de 24,80% com destaque para a elevação de 117% na Conta de Consumo de Combustível - CCC, que totalizou R\$ 597 milhões, devido às alterações na sistemática de reembolso dos custos de geração do Sistema Isolado introduzidas pela Medida Provisória 466/09, convertida pela Lei 12.111/09. Somente a variação desse encargo representou 3,37% do aumento tarifário deste ano que, compensado pela redução de outros encargos, explica o efeito de 3,31% referente aos encargos setoriais no reajuste tarifário de 2010, de 8%.

(ii) Energia Comprada - R\$ 4.714 milhões. O aumento de 4,40% decorre principalmente do incremento de 12% no preço médio ponderado dos leilões de energia contratada para os próximos 12 meses. O incremento foi compensado pela redução da taxa do dólar considerado no Reajuste Tarifário de 2010 - R\$ 1,8125 - diante do considerado no reajuste tarifário de 2009 - R\$ 1,9301.

(iii) Encargos de Transmissão - R\$ 1.042 milhões. A redução de 2,49% reflete sobretudo o resultado da 2ª revisão tarifária das transmissoras finalizada em junho de 2010 com efeitos retroativos a julho de 2009.

### Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi de 3,06%, que representa uma participação positiva de 0,87% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 5,17%, no período de 12 meses findos em 29 de junho de 2010, e
2. Fator X equivalente a 2,11%, composto por:
  - Xa de 0,003%, calculado conforme a metodologia da Aneel e impactado principalmente pela diferença positiva entre o IGP-M (5,167%) e o IPCA (5,156%) no período tarifário; e
  - Xe de 2,00%, definido na 2ª Revisão Tarifária da AES Eletropaulo.

### Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário totalizam R\$ 205 milhões, entre os quais destacamos: (i) R\$ 155 milhões de subsídios tarifários; (ii) R\$ 64 milhões de CVA; e (iii) efeito negativo de R\$ 16 milhões da neutralidade dos Encargos Setoriais de fevereiro à junho de 2010.

### RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária

A RTE foi instituída para a distribuidora equacionar a parcela dos impactos financeiros incidentes sobre distribuidores e geradores do Sistema Interligado Nacional (SIN) em função do programa de racionamento de energia ocorrido em 2001. O prazo estipulado para a realização dos novos ativos regulatórios relacionados à RTE (para recompor perdas das distribuidoras) e Energia Livre (para recompor perdas das geradoras) foi de 70 meses para a AES Eletropaulo, a partir de 1º de janeiro de 2002.

Após análise econômico-financeira realizada pela Aneel, verificou-se um possível desequilíbrio entre a parcela recebida pelas distribuidoras e pelas geradoras. Isto motivou a necessidade de um ajuste final nos repasses financeiros da RTE.

Na Resolução Normativa 387, de 15 de dezembro de 2009, ficou estipulado que os repasses de energia livre pela Companhia deverão ser recalculados de forma retroativa desde fevereiro de 2002.

O impacto negativo no resultado da AES Eletropaulo em virtude do equacionamento realizado foi de R\$ 15,0 milhões em 2010. Desse total, R\$ 8,3 milhões devido à mudança no critério de correção monetária da Energia Livre que passou a ser corrigido pela Selic ao invés de IGP-M, esse montante engloba a correção do período entre janeiro de 2004 e setembro de 2010. A mudança no indicador utilizado para correção deve-se ao entendimento da Companhia de que a correção por Selic é mais conservadora, este montante está relacionado à liminar acerca de uma discussão entre uma geradora e a Aneel.

## Metodologia prévia para o 3º Ciclo de Revisões Tarifárias

---

No dia 08 de setembro de 2010, o regulador (Aneel) aprovou em reunião pública da diretoria a abertura de Audiência Pública 40/2010 para obter subsídios para a definição das metodologias e critérios gerais para o 3º ciclo de revisões tarifárias. As contribuições foram feitas até o dia 10 de janeiro de 2011, porém a metodologia final ainda não foi definida.

Em 11 de janeiro de 2011 foi aprovada em reunião de diretoria da ANEEL a abertura de uma audiência pública para discussão dos procedimentos a serem adotados, em caráter provisório, para as distribuidoras que serão submetidas à revisão tarifária periódica antes da aprovação da metodologia aplicável ao 3º ciclo de revisão tarifária.

Vale mencionar que empresas com revisão tarifária com prazo inferior a 90 dias, contados a partir da aprovação definitiva da Metodologia do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, terão os respectivos processos de revisões tarifárias aplicados de imediato. Além disto, eventuais diferenças dos valores de tarifas praticadas até a data serão consideradas como componente financeiro e serão incorporadas na própria revisão tarifária pelo período remanescente ou no próximo reajuste tarifário.

Segue um comparativo entre a metodologia adotada durante o 2º ciclo de revisão tarifária e a metodologia prévia proposta pelo regulador para aplicação no 3º ciclo de revisão tarifária, assim como, breve comentário do pleito da Companhia.

### Base de ativo:

A metodologia utilizada no 2º ciclo considerava os ativos em serviço até dois meses antes da revisão tarifária. A metodologia proposta para o 3º ciclo mantém a base de ativos do 2º ciclo, incluindo as adições e baixas dos ativos elétricos em operação, só que dessa vez somente serão considerados os investimentos incluídos no ativo imobilizado em serviço até 6 meses antes da revisão tarifária de cada companhia.

### Taxa de depreciação:

O regulador está propondo a revisão das vidas úteis contábeis dos bens o que resultará numa diminuição da taxa média dos ativos. Para isso, colocou em audiência pública (AP 121/2010), com prazo de contribuição até 17/02/2011. Se a AP 121/2010 for concluída antes do fechamento das primeiras revisões do 3º Ciclo, é possível que a agência aplique a nova taxa média para apuração da quota de reintegração.

### WACC - Custo ponderado de capital:

Para o 3º ciclo o regulador propõe, entre outros itens, a exclusão do risco cambial e do risco regulatório que fizeram parte da metodologia de cálculo do WACC no 2º ciclo, além da data base de início da série histórica do risco Brasil para janeiro de 2000 ao invés de abril de 1994. Dentre as contribuições feitas ao regulador no que diz respeito ao WACC, a Companhia propôs a manutenção do risco cambial no cálculo do WACC para o 3º ciclo.

#### Receitas irre recuperáveis:

Para o 3º ciclo de revisão tarifária o regulador propõe a manutenção do critério de ranking de complexidade sócio econômica. Porém, com a inclusão de variável explicativa a fim de avaliar o grau de comprometimento da conta de energia elétrica na renda das famílias no cálculo do Ranking de complexidade sócio econômica, a posição da Companhia passou da 5ª colocação durante o 2º ciclo, para a 19ª posição no 3º ciclo. Como consequência o percentual de receitas irre recuperáveis considerado pelo regulador no cálculo da tarifa será reduzido.

A Companhia pleiteia junto ao regulador a reformulação do ranking, em razão de distribuidoras de complexidade sócio econômica menor do que a AES Eletropaulo estarem em melhores posições no ranking.

#### Outras receitas:

Na metodologia do 2º ciclo, o regulador considerava como outras receitas apenas 90% da renda obtida pela Companhia sobre o aluguel de postes no cálculo da modicidade tarifária. Para o 3º ciclo, a proposta é também incluir outras fontes de receita no cálculo. O regulador entende que o benefício gerado por estas receitas devem ser revertidos para a modicidade tarifária, uma vez que as distribuidoras já estariam sendo remuneradas pelo custo de tais atividades através da estrutura de custos gerenciáveis definidos na revisão tarifária periódica. Para a apuração do efeito de outras receitas no próximo ciclo de revisão tarifária, a proposta do regulador é considerar os valores médios das outras receitas realizadas durante o 2º ciclo corrigindo por IGPM até a data da revisão do 3º ciclo, o valor apurado será reduzido da receita requerida.

#### Recálculo do Fator Xe do 2º Ciclo:

Para o 2º ciclo de revisão tarifária as distribuidoras assumiram junto ao regulador uma meta para investimentos em Capex que deverá ser cumprida até o final do mesmo ciclo. Para o 3º ciclo não haverá nova meta em virtude das alterações propostas para a metodologia do Fator X, porém aquelas Companhias que não tiverem cumprido a meta acordada para o 2º ciclo, sofrerão a revisão do Fator Xe definido para o referido ciclo recalculado no início do 3º ciclo de revisão tarifária.

Em caso de recálculo do Fator Xe todas as variáveis permanecerão inalteradas, com exceção do Capex já que o valor estimado no início do 2º ciclo será substituído pelo Capex realizado ao longo do 2º ciclo. O resultado desse cálculo será considerado na parcela B definida para o 3º ciclo de revisão tarifária.

#### Perdas regulatórias:

A metodologia proposta para o 3º ciclo será a mesma adotada durante o 2º ciclo. Porém, a trajetória de perdas da Companhia será impactada pelo seu reposicionamento dentro do ranking de complexidade sócio econômico já mencionado anteriormente na explicação sobre as Receitas Irrecuperáveis.

#### Fator X:

A metodologia proposta para o cálculo do Fator X do 3º ciclo considera três componentes:

(P) Ganhos de Produtividade que serão estimados a partir da produtividade realizada pelas distribuidoras em anos passados;

(Q) Qualidade na prestação do serviço que será apurado através dos indicadores DEC e FEC; e

(T) Trajetória de eficiência para os custos operacionais que tem por objetivo reconhecer gradativamente custos operacionais eficientes apurados com base em técnicas de *benchmarking*, nas tarifas dos consumidores.

Dos componentes listados acima os itens P e Q seriam calculados apenas na revisão tarifária, e o componente T seria ajustado anualmente no momento do reajuste tarifário.

A Companhia solicitou ao regulador a alteração nos critérios do cálculo do Fator X, apontando variáveis que influenciariam fortemente na composição do cálculo e possíveis duplas penalizações, como por exemplo, os indicadores DEC e FEC, que constam no item qualidade, já penalizam as distribuidoras com o pagamento de DIC, FIC e DMIC aos consumidores.

### Custos operacionais:

A metodologia de custos operacionais (antiga empresa de referência) proposta para o 3º ciclo é subdividida em 2 etapas. A etapa 1 é baseada nos custos operacionais do 2º ciclo, corrigidos pela inflação e ajustada pelo crescimento do número de clientes e km de redes. Sobre essa base corrigida serão deduzidos ganhos de produtividade (fator X, item P).

Durante a segunda etapa será comparada a eficiência das distribuidoras através do benchmarking definido pelo regulador, além da avaliação da qualidade do serviço prestado pela distribuidora, bem como da eficiência de combate as perdas não técnicas da mesma (fator X, item Q).

As variações obtidas durante as etapas 1 e 2, sejam elas positivas ou negativas, serão adicionadas ao cálculo do componente T do Fator X e impactarão não só a revisão tarifaria, mas também os reajustes tarifários ao longo do 3º ciclo.

### Adoção inicial do IFRS

A publicação das demonstrações financeiras em IFRS - *International Financial Reporting Standards* - se tornou obrigatória a partir de 31/12/2010, sendo que todos os trimestres de 2010 e a respectiva comparação com 2009 devem ser reapresentados de acordo com os padrões internacionais de contabilidade IFRS.

Os principais impactos da adoção do IFRS nos resultados da AES Eletropaulo serão explicados a seguir.

Demonstração dos Resultados	2009 Sem IFRS	ICPC 01	ICPC 05	CPC 33	CPC 20	CPC 27	CPC 30	Ativos e Passivos Regulatórios	CPC 32	2009 IFRS
Receita Bruta	12.628,8	531,2						171,2		13.331,1
Deduções à Receita Operacional	(4.578,9)							33,4		(4.545,5)
<b>Receita Líquida</b>	<b>8.049,9</b>	<b>531,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>204,6</b>	<b>0,0</b>	<b>8.785,6</b>
Despesas Operacionais	(6.415,9)	-	(2,1)	0,1	0,1	-	-	(13,0)	-	(6.430,8)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.044,1)							(103,9)		(4.148,0)
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(1.066,0)							89,2		(976,8)
Pessoal + Entidade de Previdência Privada	(697,9)		(2,1)	0,1						(699,9)
Materiais	(30,4)									(30,4)
Serviços de Terceiros	(323,4)					0,1		1,7		(321,5)
Outros	(254,2)									(254,2)
Outras Receitas e Despesas	(60,7)	(531,2)					6,5	5,8		(579,6)
<b>EBITDA</b>	<b>1.573,3</b>	<b>0,0</b>	<b>-2,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>6,5</b>	<b>0,0</b>	<b>197,3</b>	<b>0,0</b>	<b>1.775,3</b>
Ajustes	-									-
Desp. Passivo - FCESP Parcela A	175,1			0,1						175,2
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>1.748,5</b>	<b>0,0</b>	<b>-2,1</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>6,5</b>	<b>0,0</b>	<b>197,3</b>	<b>0,0</b>	<b>1.950,5</b>
Depreciação e Amortização	(381,6)	(116,0)								(497,6)
Receitas Financeiras	547,9							(49,8)		498,1
Despesas Financeiras	(362,7)					(4,9)		0,1		(367,4)
Var. Cambial/Mont. (Liq.)	43,6						0,6	95,5		139,7
Resultado Financeiro	228,9	-	-	-	(4,9)	-	0,6	45,8	-	270,4
<b>Resultado antes da Tributação</b>	<b>1.420,6</b>	<b>-116,0</b>	<b>-2,1</b>	<b>0,1</b>	<b>-4,7</b>	<b>6,5</b>	<b>0,6</b>	<b>243,1</b>	<b>0,0</b>	<b>1.548,1</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(357,6)	28,3	0,7	(0,0)	1,6	0,0	(0,2)	(82,6)	18,0	(391,6)
<b>Lucro (prejuízo) Líquido</b>	<b>1.063,0</b>	<b>(87,6)</b>	<b>(1,4)</b>	<b>0,0</b>	<b>(3,1)</b>	<b>6,5</b>	<b>0,4</b>	<b>160,5</b>	<b>18,0</b>	<b>1.156,5</b>

Demonstração dos Resultados	2010 Sem IFRS	ICPC 01	ICPC 05	CPC 33	CPC 20	CPC 27	CPC 30	Ativos e Passivos Regulatórios	CPC 32	2010 IFRS
Receita Bruta	13.810,0	708,7						195,0		14.713,7
Deduções à Receita Operacional	(5.024,7)							8,1		(5.016,5)
<b>Receita Líquida</b>	<b>8.785,3</b>	<b>708,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>203,1</b>	<b>0,0</b>	<b>9.697,2</b>
Despesas Operacionais	(6.879,8)	-	(1,2)	0,0	0,1	-	-	135,8	-	(6.745,0)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.449,4)							95,6		(4.353,8)
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(1.177,8)							41,9		(1.135,9)
Pessoal + Entidade de Previdência Privada	(645,9)		(1,2)	0,0						(647,1)
Materiais	(35,8)									(35,8)
Serviços de Terceiros	(405,4)				0,1			(1,7)		(406,9)
Outros	(165,4)									(165,4)
Outras Receitas e Despesas	149,8	(708,7)				19,5				(539,4)
<b>EBITDA</b>	<b>2.055,3</b>	<b>0,0</b>	<b>-1,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>19,5</b>	<b>0,0</b>	<b>339,0</b>	<b>0,0</b>	<b>2.412,8</b>
Ajustes	-									-
Desp. Passivo - FCESP	161,5			0,0						161,6
Parcela A										
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>2.216,9</b>	<b>0,0</b>	<b>-1,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>19,5</b>	<b>0,0</b>	<b>339,0</b>	<b>0,0</b>	<b>2.574,3</b>
Depreciação e Amortização	(397,0)	(102,7)								(499,7)
Receitas Financeiras	288,1							(13,6)		274,5
Despesas Financeiras	(253,6)				(5,0)					(258,6)
Var. Cambial/Mont. (Liq.)	84,1						(29,1)	32,1		87,1
Resultado Financeiro	118,6	-	-	-	(5,0)	-	(29,1)	18,5	-	103,0
<b>Resultado antes da Tributação</b>	<b>1.777,0</b>	<b>-102,7</b>	<b>-1,2</b>	<b>0,0</b>	<b>-4,9</b>	<b>19,5</b>	<b>-29,1</b>	<b>357,5</b>	<b>0,0</b>	<b>2.016,0</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(590,8)	12,0	0,4	(0,0)	1,7	0,4	9,9	(121,5)	19,6	(668,3)
<b>Lucro (prejuízo) Líquido</b>	<b>1.186,2</b>	<b>(90,8)</b>	<b>(0,8)</b>	<b>0,0</b>	<b>(3,2)</b>	<b>19,9</b>	<b>(19,2)</b>	<b>235,9</b>	<b>19,6</b>	<b>1.347,7</b>

#### CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:

O CPC 37 foi aplicado pela Companhia no momento da adoção inicial do IFRS, ou seja, no chamado balanço de abertura (1º de janeiro de 2009). Os principais efeitos reconhecidos no balanço de abertura foram o reconhecimento dos ganhos atuariais do plano de pensão e a reversão dos ativos e passivos regulatórios que serão detalhados ao longo desta seção. Esse pronunciamento determina que a empresa que realizar a publicação de suas demonstrações contábeis pela primeira vez em IFRS deve:

(i) empregar acima de tudo o conceito de essência sobre a forma no registro de suas operações;

(ii) utilizar integralmente as normas internacionais de contabilidade, mesmo que essas não tenham sido adotadas e/ou aprovadas pelo regulador local;

(iii) divulgar as suas políticas e práticas contábeis na primeira demonstração contábil divulgada pela Companhia, bem como nas primeiras demonstrações intermediárias subsequentes publicadas pela Companhia; e

(iv) realizar no balanço de abertura todos os ajustes gerados pela adoção inicial do IFRS, sendo o seu impacto calculado a partir da data do balanço de abertura. O pronunciamento especifica ainda que em alguns casos esse cálculo deve retroagir ao período mais antigo possível, sem que os custos superem os benefícios.

A adoção do CPC 37 não gera impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, simplesmente fornece diretrizes sobre os critérios a serem seguidos para que as demonstrações contábeis sejam consideradas demonstrações contábeis em IFRS.

## Alterações de maior relevância:

### ICPC 01 - Contratos de Concessão

O ICPC 01 (equivalente ao IFRIC 12) tem o objetivo de instruir as concessionárias de serviços públicos sobre a forma correta de reconhecer os ativos recebidos do poder concedente para a prestação do serviço concedido. A aplicação dessa regra gera dois impactos:

1- A bifurcação dos ativos relacionados ao contrato de concessão da companhia em: (i) ativos financeiros, sobre os quais ao final do período de concessão as concessionárias terão direito ao recebimento de valor monetário; (ii) ativos intangíveis que representam o direito da companhia de cobrar dos consumidores pela utilização da infra-estrutura, melhorias e expansões realizadas em sua área de concessão até o final da concessão. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Os ativos da concessão são depreciados pelo método linear, seguindo os critérios previstos na Resolução Aneel nº 367, de 2 de junho de 2009.

Esse item impactou negativamente o resultado da Companhia, em R\$ 102,7 milhões em 2010, R\$ 115,9 milhões em 2009, R\$ 26,2 milhões no 4T10 e R\$ 29,0 milhões no 4T09. Tal efeito foi registrado na rubrica de depreciação e amortização. Para efeito de pagamento de dividendos, tal montante é devolvido para base de cálculo e, portanto não impacta a capacidade de pagamento de dividendos da companhia.

2- A alteração da forma de reconhecimento das obras executadas para atender aos consumidores. No caso da AES Eletropaulo essa nova maneira de reconhecer os investimentos em Capex não gera impacto no lucro líquido da Companhia, uma vez que os custos e as receitas originados desses investimentos são idênticos. Os valores são: R\$ 708,7 milhões em 2010, R\$ 531,2 milhões em 2009, R\$ 305,8 milhões no 4T10 e R\$ 188,7 milhões no 4T09.

### CPC 33 - Benefícios a Empregados

Com a aplicação do CPC 33 a Companhia reconheceu em seu balanço de abertura (1º de janeiro de 2009) os ganhos decorrentes da diferença entre o valor justo dos ativos do plano de pensão e o valor presente das obrigações do plano, incluindo: (i) as perdas atuariais não reconhecidas; (ii) os custos passados do serviço que ainda não foram reconhecidos; e (iii) o valor presente de algum benefício econômico disponível na forma de reembolso ou redução nas contribuições futuras. Este ajustegerou um impacto positivo de R\$ 521,4 milhões no patrimônio líquido da Companhia.

A partir da adoção do IFRS, a AES Eletropaulo reconhece os valores referentes aos ganhos e perdas atuariais e às diferenças imateriais entre o ativo da Fundação CESP e o passivo da AES Eletropaulo. Os ajustes totalizaram R\$ 20 mil em 2010 e R\$ 75 mil em 2009. O efeito no 4T10 foi positivo em R\$ 3,4 milhões, e foi negativo em R\$ 22 mil no 4T09.

### Ativos e Passivos Regulatórios

Entende-se como ativos e passivos regulatórios todos aqueles originados a partir da diferença entre o montante efetivamente arrecadado dos consumidores por intermédio da conta de energia elétrica e os valores efetivamente pagos como encargos setoriais ou pela compra de energia.

No caso da AES Eletropaulo foram revertidos todos os ativos e passivos regulatórios registrados em suas demonstrações contábeis, com efeito positivo nas demonstrações financeiras de R\$ 357,5 milhões no ano de 2010 e R\$ 243,1 milhões em 2009. As reversões realizadas no 4T10 e no 4T09

geraram impacto positivo de R\$ 97,8 milhões e de R\$ 176,4 milhões, respectivamente. No balanço de abertura foi registrado efeito negativo no patrimônio líquido de R\$ 474,1 milhões.

#### Alterações de menor relevância:

##### ICPC 05 - Pagamento Baseado em Ações

A AES Eletropaulo proporciona a alguns de seus empregados, como forma de benefício, opções de ações de sua matriz (AES Corporation). Por esse motivo a Companhia é obrigada a registrar em seu patrimônio líquido as obrigações e direitos decorrentes da concessão das opções de ações, inclusive reconhecendo os efeitos dos ajustes desse benefício a valor presente no resultado da Companhia, na rubrica de despesas com pessoal. Esse reconhecimento gerou impacto negativo de R\$ 1,2 milhão em 2010, R\$ 2,1 milhões em 2009, R\$250 mil no 4T10 e R\$ 393 mil no 4T09. No balanço de abertura da Companhia foi reconhecido um impacto negativo de R\$ 12,3 milhões.

##### CPC 20 - Custos de Empréstimos

Segundo o CPC 20, todos os custos com a emissão de dívida devem ser diferidos no momento da emissão e amortizados de acordo com a curva de amortização do principal, a Companhia realizou a adequação antes da publicação da lei 11.638/07. No balanço de abertura foi reconhecido um impacto positivo de R\$ 22,1 milhões.

As despesas financeiras da AES Eletropaulo aumentaram em R\$ 5,0 milhões em 2010, e em R\$ 4,9 milhões em 2009. Já os efeitos registrados no 4T10 e no 4T09 foram negativos em R\$ 1,0 milhão e R\$ 1,3 milhão, respectivamente. As emissões de dívida realizadas após janeiro de 2008 já obedeceram ao CPC 20, não gerando impactos adicionais ao resultado da Companhia.

##### CPC 27 - Ativo Imobilizado

A aplicação da correção monetária sobre os ativos da AES Eletropaulo referente aos anos 1996 e 1997, períodos considerados hiper-inflacionários para fins de IFRS. No balanço de abertura foi registrado efeito positivo de R\$ 1,3 milhão, o qual foi revertido no 4T10 em função da baixa dos ativos correspondentes.

##### CPC 30 - Receitas

Com a instituição do CPC 30, o reconhecimento da receita oriunda de qualquer venda deve satisfazer a alguns critérios. No caso da AES Eletropaulo houve a necessidade de reversão das receitas referentes à venda de terrenos realizados em 2003, cujas transferências dos benefícios e das obrigações ainda não foram concretizadas, em função da inadimplência dos compradores. Apesar das vendas terem sido renegociadas em 2008, há cláusulas contratuais nos termos de renegociação que determinam a transferência dos bens somente após a completa liquidação dos valores acordados.

A aplicação deste CPC resultou em efeito negativo no balanço de abertura de R\$ 4,1 milhões. Os ajustes realizados nos resultados dos anos de 2009 e 2010 causaram efeitos negativos de R\$ 0,6 milhão e R\$ 29,1 milhões, respectivamente. No 4T10 foi negativo em R\$ 1,8 milhão e não houve impacto no 4T09.

## CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

A lei 11.638/07 determinou que a adoção do IFRS não deveria gerar impacto fiscal para as empresas. Desta forma, o CPC 32 instrui sobre o tratamento adequado das diferenças temporais provenientes do registro e/ou reconhecimento dos efeitos resultantes da implantação das normas IFRS, uma vez que tais efeitos podem corresponder a acréscimos ou decréscimos nos resultados futuros das companhias. Os ajustes efetuados no balanço de abertura da AES Eletropaulo resultaram em impacto negativo de R\$ 18,5 milhões.

O impacto total foi negativo em R\$ 77,6 milhões em 2010 e R\$ 34,1 milhões no ano de 2009. No 4T10 foi registrado impacto negativo de R\$ 17,1 milhões e de R\$ 47,2 milhões no 4T09. Os principais ajustes foram: (i) reversão dos ativos e passivos regulatórios; (ii) ajuste sobre as reversões realizadas na reserva de reavaliação da Companhia; (iii) efeito positivo com a adoção do ICPC 01 referente ao aumento na despesa com depreciação e amortização; e (iv) a reversão da venda de algumas propriedades decorrente da adoção do CPC 30;

Detalhes adicionais sobre esses efeitos no 4T09 e no 4T10 estão disponíveis nos anexos do release páginas 42 e nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

## RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Em 2010, a AES Eletropaulo alcançou receita operacional bruta de R\$ 14.713,7 milhões, superior em R\$ 1.382,6 milhões (+10,4%) à registrada em 2009. O crescimento é explicado principalmente pelo acréscimo de 9,0% na receita total de fornecimento e pelo incremento de R\$ 314,3 milhões em outras receitas.

O aumento da receita de fornecimento é resultado do:

- (i) reajuste tarifário aplicado anualmente no mês de julho, sendo que em 2009 o efeito médio percebido pelo consumidor foi de 13,03% e em 2010 de 1,62% ; e
- (ii) bom desempenho das classes comercial e residencial, explicado pelo bom momento da economia interna do País, que contribuiu para o acréscimo de 2,9% no mercado cativo.

O incremento em Outras Receitas deve-se a:

- (i) venda em 2010 da sobra de energia por intermédio da CCEE (mercado *spot*), no montante de R\$ 119,0 milhões, enquanto que em 2009 a venda de energia totalizou R\$ 30,0 milhões, montante superior em R\$ 89,0 milhões;
- (ii) variação positiva de R\$ 177,5 milhões relativa ao reconhecimento da receita de construção de acordo com as normas do IFRS. Tal receita é relacionada às obras executadas para atender aos consumidores, com contrapartida no custo e, portanto sem impacto no resultado da Companhia;
- (iii) crescimento de R\$ 38,6 milhões na receita de TUSD, explicado pelo crescimento de 15,8% do consumo da classe e pelo reajuste tarifário, que foi de 7,23% em julho de 2009 e de 14,1% em julho de 2010; e
- (iv) efeito negativo de R\$196,2 milhões do ICMS substituição tributária que desde março de 2010 é reconhecido juntamente com a receita bruta.

Ao se comparar o 4T10 com o 4T09, a receita operacional bruta apresentou crescimento de 6,6% (R\$ 246,4 milhões), devido a:

- (i) saldo positivo de R\$ 117,1 milhões referente ao reconhecimento da receita de construção de acordo com as normas do IFRS, dado o maior Capex no último trimestre do ano;

- (ii) incremento de R\$ 95,9 milhões relacionado à venda da sobra de energia por intermédio da CCEE (mercado *spot*);
- (iii) estabilidade no mercado cativo, mas com efeito médio na tarifa para o consumidor de 1,62%, referente ao reajuste tarifário aplicado a partir de 4 de julho de 2010. Já o mercado livre apresentou crescimento de 14,2% nesse mesmo período, com reajuste tarifário de 14,1%; e
- (iv) decréscimo de R\$ 37,9 milhões nas receitas não-faturadas, decorrente das variações nas escalas de faturamento entre os períodos.

Para maiores detalhes sobre os ajustes do IFRS, consultar a página 14, das demonstrações contábeis, onde são tratados todos os impactos relacionados.

## DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

---

Em 2010, as deduções da receita operacional foram de R\$ 5.016,5 milhões, aumento de R\$ 471,1 milhões ou 10,4% em relação ao ano de 2009.

A variação é composta por:

- (i) acréscimo nos encargos de CCC e CDE em R\$ 154,6 milhões e R\$ 12,3 milhões, respectivamente;
- (ii) incremento de R\$ 26,0 milhões decorrente da aplicação da Lei 12.111/09. A lei determina a destinação de 0,3% da receita operacional líquida para o ressarcimento aos Estados com perda de arrecadação de ICMS, incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN; e
- (iii) evolução nos encargos tributários incidentes sobre a receita de fornecimento (ICMS, PIS, COFINS, ISS), em linha com o desempenho positivo da receita bruta ocasionado pelo crescimento de mercado e pelo reajuste tarifário a partir de julho de 2010.

As deduções do 4T10 totalizaram R\$ 1.323,5 milhões, 3,2% superior em relação ao mesmo período de 2009, explicado principalmente pelo aumento dos encargos de CCC e CDE a partir do reposicionamento tarifário de julho nos valores, respectivamente, de R\$ 30,3 milhões e de R\$ 3,0 milhões.

## RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

---

A receita operacional líquida da AES Eletropaulo somou R\$ 9.697,2 milhões em 2010, montante 10,4% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho resulta do crescimento de mercado e de tarifas entre os períodos, além do impacto positivo de R\$ 176,1 milhões da adoção do IFRS.

Ao comparar o 4T10 com o mesmo período de 2009, a receita operacional líquida apresentou evolução de 8,4% que, além dos efeitos de R\$ 149,0 milhões do IFRS, foi positivamente influenciada pela venda da sobra de energia por intermédio da CCEE (mercado *spot*).

## CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

---

Durante o ano de 2010, as despesas operacionais da Companhia atingiram R\$ 6.745,0 milhões, 4,9% acima do mesmo período de 2009. Na comparação entre o 4T10 com o 4T09, foi observado o acréscimo de 6,7%.

As principais variações estão detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
<b>Parcela A</b>	<b>1.237,7</b>	<b>1.454,0</b>	<b>5.124,5</b>	<b>5.489,7</b>	<b>17,5%</b>	<b>7,1%</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	985,9	1.165,9	4.148,0	4.353,8	18,3%	5,0%
Transmissão	251,9	288,1	976,5	1.135,9	14,4%	16,3%
<b>PMSO</b>	<b>392,8</b>	<b>285,4</b>	<b>1.306,0</b>	<b>1.255,3</b>	<b>-27,4%</b>	<b>-3,9%</b>
Pessoal	187,0	186,5	699,9	647,1	-0,3%	-7,5%
Serviços de Terceiros	96,2	125,4	321,5	406,9	30,3%	26,6%
Materiais	7,8	9,8	30,4	35,8	25,2%	18,0%
Outros	101,8	(36,3)	254,2	165,4	-135,7%	-34,9%
<b>Total</b>	<b>1.630,6</b>	<b>1.739,4</b>	<b>6.430,5</b>	<b>6.745,0</b>	<b>6,7%</b>	<b>4,9%</b>

\* Não inclui depreciação

## Parcela A

De acordo com a metodologia de revisão tarifária, as despesas classificadas como “parcela A” são repassadas para a tarifa. Entre as revisões tarifárias, eram constituídos ativos e passivos regulatórios. A partir da adoção do IFRS, o resultado da Companhia não mais refletirá os diferimentos dos itens da “parcela A”. No entanto, a apuração dos ativos e passivos regulatórios continua sendo realizada de modo a atender exigências da Aneel, permanecendo inalterado o controle dos ativos e passivos regulatórios de acordo com a metodologia de cálculo da “parcela A”.

## Despesa de Energia Elétrica Comprada para Revenda

Em 2010, a despesa com compra de energia elétrica foi de R\$ 4.353,8 milhões, o que representa aumento de 5,0% em relação ao ano anterior. Os principais fatores que levaram a essa variação foram:

- (i) volume de compra de energia 2,6% superior 42.064 GWh no ano de 2010 ante 41.010 GWh em 2009 para suprir o aumento de carga entre os períodos;
- (ii) acréscimo de 5,0% no preço médio de suprimento de energia: sendo R\$ 112,1/MWh em 2010 e R\$ 106,8/MWh no ano de 2009. Esse incremento deriva dos aumentos dos contratos com AES Tietê, leilões de energia e outros contratos bilaterais, compensado parcialmente pela redução do preço médio de Itaipu, em função da menor tarifa de energia e da menor taxa de dólar entre os períodos;
- (iii) aumento do volume de compras de energia na CCEE (R\$ 83,2 milhões em 2010 e R\$ 28,0 milhões em 2009) devido ao maior preço médio do GWh em 2010 e ao crescimento no volume de energia comprada; e
- (iv) elevação de R\$ 33,8 milhões nos créditos de PIS e COFINS gerados em decorrência do maior volume de compra de Energia em 2010.

Ao compararmos o 4T10 com o 4T09, a despesa com energia elétrica para revenda foi superior em 18,3%, com destaque para:

- (i) expansão de 32 GWh no volume de energia comprada no 4T10 em comparação com o 4T09 (+0,3%);
- (ii) alta de 9,4% no preço médio de compra de energia no 4T10, que atingiu R\$ 115,4 /MWh. A variação é proveniente do reajuste nos contratos bilaterais e aumento no preço médio das compras realizadas por meio de leilão. Os efeitos foram parcialmente compensados pela redução no preço médio da energia comprada de Itaipu, resultante da redução na taxa de dólar e da menor tarifa de energia definida pela Aneel; e
- (iii) aumento de R\$ 8,5 milhões nos créditos de PIS e COFINS devido ao maior volume e preço da energia adquirida no 4T10.

Tarifa Média de Energia Comprada por Fonte - (R\$/MWh)	4T09	4T10	2009	2010	%4T09	%4T10	%2009	%2010
AES TIETÉ	152,0	159,9	150,9	155,8	25,6%	24,9%	27,6%	29,8%
ITAIPU	92,0	88,9	98,2	92,4	26,0%	25,0%	25,9%	25,1%
LEILÃO	87,5	106,2	84,6	96,4	47,9%	49,8%	45,9%	45,1%
OUTROS CONTRATOS BILATERAIS	148,1	165,2	154,1	172,5	0,5%	0,4%	0,6%	0,0%
Tarifa (R\$/mil/GWh)	105,5	115,4	106,8	112,1	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

### Despesa com Encargos do Uso da Rede Elétrica e Transmissão

No ano de 2010 foram gastos R\$ 1.135,9 milhões em despesas com encargos de transmissão, incremento de 16,3% em relação ao ano de 2009. Esta variação é explicada pelo aumento de R\$ 174,1 milhões em Encargos do Serviço do Sistema (ESS) decorrente das necessidades de manutenção para garantir a confiabilidade do sistema interligado nacional. Esse valor foi parcialmente compensado pelo maior volume de créditos de PIS e COFINS registrados no período, de R\$ 11,4 milhões.

Ao compararmos o 4T10 em relação a igual período de 2009 verificamos elevação de 14,4% nos encargos do uso da rede elétrica, causado principalmente pelo aumento de R\$ 83,6 milhões nas despesas com ESS. O aumento foi parcialmente compensado pela redução de R\$ 50,2 milhões nos custos de transmissão da rede básica e com Operador Nacional do Sistema (ONS) devido à revisão tarifária das transmissoras ocorrida em 2010.

### PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

Em 2010, as despesas de PMSO da AES Eletropaulo totalizaram R\$ 1.255,3 milhões, redução de 3,9% em relação às despesas de R\$ 1.306,0 milhões registradas em 2009. Os principais fatores que influenciaram as despesas com PMSO foram:

- (i) diminuição de R\$ 88,7 milhões em outras despesas operacionais, resultado da reversão de provisões trabalhistas e redução de acordos e condenações, compensadas pelo aumento de PCLD e baixas;
- (ii) redução de R\$ 52,8 milhões nas despesas de pessoal, devido as menores despesas com acordos e condenações trabalhistas, parcialmente compensadas pelo incremento nas despesas com pessoal e encargos; e
- (iii) aumento de R\$ 85,4 milhões com serviços de terceiros, devido a gastos com serviços de terceiros para recuperação de DEC, serviços de corte e religa, consultoria, gastos com sistemas de inventários físicos, honorários advocatícios, além de materiais e serviço de podas.

As despesas de PMSO apresentaram no 4T10 decréscimo de 27,4%, decorrente, principalmente do efeito positivo do acordo com a PMSP, de R\$ 36,9 milhões e da reversão de R\$ 86,9 milhões referentes à provisão para processos de complementação de aposentadoria, parcialmente compensados pelo incremento de R\$ 29,2 milhões nas despesas com serviços de terceiros, com destaque para turmas de emergência para projetos de recuperação de DEC e consultoria. Excluindo os efeitos não recorrentes do acordo com a PMSP e da reversão de processos, as despesas de PMSO apresentariam um crescimento de 4,2% entre os períodos, em função dos maiores gastos com serviços de terceiros.

### Pessoal

As despesas com pessoal estão subdivididas em três rubricas: (a) despesa com pessoal e encargos; (b) despesa com entidade de previdência privada; e (c) despesa com acordos e condenações judiciais conforme demonstrado abaixo:

Pessoal - em R\$ milhões	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
Pessoal e Encargos	74,8	127,7	296,6	395,2	70,7%	33,2%
Entidade de Previdência	45,3	42,0	180,8	167,9	-7,3%	-7,1%
Acordos e Condenações Trabalhistas	66,9	16,8	222,5	84,0	-74,8%	-62,3%
<b>Total</b>	<b>187,0</b>	<b>186,5</b>	<b>699,9</b>	<b>647,1</b>	<b>-0,3%</b>	<b>-7,5%</b>

Em 2010, a Companhia registrou R\$ 647,1 milhões em despesas com pessoal, um decréscimo de 7,5% em comparação a 2009. Essa redução entre os períodos deve-se às menores despesas com acordos e condenações trabalhistas, parcialmente compensadas pelo incremento nas despesas de pessoal e encargos.

As despesas com pessoal no 4T10 totalizaram R\$ 186,6 milhões, mesmo patamar apresentado em igual período de 2009.

- *Despesa com Pessoal e Encargos*

As despesas com pessoal e encargos apresentaram em 2010 crescimento de 33,3% em comparação a 2010, totalizando R\$ 395,2 milhões. Essa variação é explicada pelos seguintes fatores:

- R\$ 35,0 milhões referente ao reajuste de salários e benefícios, relacionados ao acordo coletivo que elevou os salários em 6,5% e ao programa de mérito e de desenvolvimento de carreira;
- R\$ 5,9 milhões relativo ao programa de incentivo a aposentadoria (PIA) com adesão de 42 colaboradores;
- acréscimo de R\$ 33,8 milhões referente ao fim do rateio das despesas da administração central determinado pela Aneel;
- R\$ 16,5 milhões em função da internalização de 1,2 mil entregadores de contas e leituristas, a partir do mês de agosto; e
- R\$ 17,7 milhões referente ao reconhecimento, no 4T10, do benefício de assistência médica pós-emprego aos colaboradores elegíveis até 30 de setembro de 2010, conforme determina a Lei 9656/98. Essa lei estabeleceu a obrigatoriedade das Companhias oferecerem aos empregados demitidos e aposentados o direito de manter sua condição de cobertura assistencial após o desligamento, desde que assumam o pagamento integral.

No 4T10, as despesas de pessoal e encargos totalizaram R\$ 127,7 milhões, com crescimento de 70,7%, explicada pelo programa de incentivo a aposentadoria, internalização de leituristas e entregadores de contas e reconhecimento da Lei 9656/98, conforme acima mencionados, além de R\$ 10,4 milhões referente ao fim do rateio das despesas da administração central.

- *Despesa com o Fundo de Pensão*

Ao final de cada ano, é feito um laudo atuarial do plano de previdência privada, administrado pela Fundação Cesp. Com base nesse laudo, determina-se o valor da despesa referente ao plano para o ano seguinte. Essa despesa é dada preponderantemente pela diferença entre os juros sobre a obrigação atuarial e o rendimento esperado dos ativos do plano.

De acordo com a revisão dos cálculos atuariais realizados no final de 2009, a despesa de 2010 com entidade de previdência privada totalizou R\$ 167,9 milhões, redução de 8,4% em comparação a 2009.

Em função da boa rentabilidade dos ativos do plano em 2010, e considerando as expectativas de rendimento dos ativos e juros sobre a obrigação atuarial, para 2011 a despesa com entidade de

previdência privada, de acordo com cálculo atuarial, será uma despesa de R\$ 113,0 milhões, inferior a 2010 e constante em nota explicativa das demonstrações financeiras da Companhia.

- *Despesa com acordos e condenações trabalhistas*

As discussões judiciais, quando finalizadas seja por intermédio de acordo ou condenação, são transferidas da linha “outras despesas operacionais” para a linha de pessoal. Portanto, os valores apresentados nas despesas de pessoal são apenas uma reclassificação entre linhas.

Em 2010, as despesas com acordos e condenações trabalhistas somaram R\$ 84,0 milhões ante R\$ 222,5 milhões no ano anterior. Essa redução é resultado do efeito não-recorrente, em 2009, das baixas de depósitos judiciais, e, principalmente, pela redução de condenações e acordos. No 4T10, essas despesas totalizaram R\$ 16,8 milhões, 74,8% inferiores em relação ao 4T09, devido ao menor número de condenações no período e à redução no número de acordos na semana da conciliação em comparação ao mesmo trimestre de 2009.

- *Despesa com materiais e serviços de terceiros*

A AES Eletropaulo registrou despesas com materiais e serviços de terceiros de R\$ 442,8 milhões em 2010, incremento de 25,8% em comparação a 2009. Esse crescimento ocorreu devido ao aumento de turmas de emergência com o objetivo de aprimorar a qualidade do serviço medido por meio do DEC, serviço de corte e religa, manutenção predial, consultoria, gastos com sistemas de TI e honorários advocatícios.

No 4T10, as despesas com materiais e serviços de terceiros totalizaram R\$ 135,2 milhões, crescimento de 30,0%. Essa variação é explicada pelas maiores despesas de serviços de terceiros relacionados às turmas de emergência para projetos de recuperação de DEC, consultoria, gastos com serviço de podas, corte e religa e cobrança.

## Outras despesas operacionais

### Acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo

Em 05 de Janeiro de 2009, a Companhia assinou acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) a fim de receber débitos passados de fornecimento de energia além de outras dívidas de menor valor.

O acordo prevê a quitação dos débitos em quatro pagamentos, sendo R\$ 117,8 milhões em 30 de julho de 2009 e três parcelas anuais no valor de R\$ 75,5 milhões, vencendo, sucessivamente, em 30 de julho de 2010, 2011 e 2012. Em 10 de agosto de 2009, a primeira parcela foi paga tornando efetivo o acordo.

Em 30 de julho de 2010, a Prefeitura realizou o pagamento de aproximadamente 50% da segunda parcela e o saldo remanescente, no valor de R\$ 37,95 milhões, foi pago em 25 de novembro de 2010.

Os impactos nas demonstrações de 2010 e dos próximos pagamentos podem ser encontrados na tabela a seguir.

IMPACTOS DA PMSP NO RESULTADO - R\$ milhões					
	3T10	4T10	2010	2011(e)	2012(e)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>36,4</b>	<b>36,9</b>	<b>73,3</b>	<b>64,2</b>	<b>61,3</b>
PCLD	37,5	38,0	75,5	75,5	75,5
Iluminação Pública	(1,1)	(1,1)	(2,2)	(11,3)	(14,2)
<b>Ebitda</b>	<b>36,4</b>	<b>36,9</b>	<b>73,3</b>	<b>64,2</b>	<b>61,3</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos</b>	<b>36,4</b>	<b>36,9</b>	<b>73,3</b>	<b>64,2</b>	<b>61,3</b>
Impostos e Contribuição Social Diferido	(12,8)	(12,9)	(25,7)	(25,7)	(25,7)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>23,6</b>	<b>24,0</b>	<b>47,6</b>	<b>38,5</b>	<b>35,6</b>

As principais despesas incluídas no grupo de outras despesas operacionais são: (a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Baixas; (b) Provisão e Reversão para contingências; (c) custas judiciais (condenações) e demais despesas, conforme detalhado no quadro abaixo.

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
PCLD e Baixas	27,5	(10,2)	40,9	53,8	-137,0%	31,7%
Provisão (Reversão) para contingências	(7,0)	(102,3)	2,5	(77,3)	1360,5%	-3210,9%
Condenações e Acordos Judiciais	37,1	16,5	72,5	42,5	-55,6%	-41,4%
Demais *	44,2	59,7	138,3	146,4	34,9%	5,9%
<b>Total</b>	<b>101,8</b>	<b>(36,3)</b>	<b>254,2</b>	<b>165,4</b>	<b>-135,7%</b>	<b>-34,9%</b>

\* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

As outras despesas operacionais totalizaram R\$ 165,4 milhões em 2010, redução de R\$ 88,7 milhões em relação a 2009. Os principais fatores que influenciaram esse desempenho foram:

- (i) reversão de R\$ 86,9 milhões referente a processos de complementação de aposentadoria no 4T10, devido ao termo firmado com a Fundação Cesp que reconheceu o dever legal e exclusivo de realizar o pagamento de benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão, oriundos destes processos;
- (ii) redução de R\$ 30,0 milhões nas despesas com condenações e acordos judiciais, principalmente, referentes a processos cíveis e ao plano cruzado; e
- (iii) efeito negativo de R\$ 22,6 milhões com constituição de PCLD e baixas (excluindo os efeitos do acordo com PMSP em ambos os períodos e da perda da liminar referente ao plano cruzado, de R\$ 13,0 milhões, em 2009).

No 4T10, as outras despesas operacionais apresentaram uma reversão de R\$ 36,3 milhões, resultado do efeito positivo de R\$ 38,0 milhões referente ao recebimento dos 50% remanescentes da 2ª parcela do acordo com a PMSP e da reversão de R\$ 86,9 milhões relativos aos processos de complementação de aposentadoria, acima mencionado. Excluindo-se esses efeitos as outras despesas totalizariam R\$ 87,5 milhões, com redução de 14,1% na comparação com igual período de 2009, em função:

- (i) da redução de R\$ 23,8 milhões nas despesas com acordos e condenações judiciais referentes à processos cíveis e plano cruzado;
- (ii) do aumento de R\$ 15,1 milhões em demais despesas, impactadas pelo reconhecimento referente ao repasse de Energia Livre, a Aneel analisou as informações prestadas pelas distribuidoras e geradoras relativas ao faturamento de RTE e repasse de Energia Livre, e identificou a necessidade de um repasse final entre distribuidoras e geradoras; e
- (iii) da redução de R\$ 8,4 milhões com provisões para contingências, excluindo a reversão de R\$ 86,9 milhões referente a processos de complementação de aposentadoria no 4T10, conforme mencionado.

## OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Em cumprimento ao disposto na Medida Provisória 449 de dezembro de 2008, as Receitas e Despesas, antes classificadas como Não Operacionais, passaram a ser classificadas como Outras Receitas e Despesas e a fazer parte do Ebitda da Companhia.

Em 2010, a conta de outras receitas e despesas totalizou uma despesa líquida de R\$ 539,4 milhões ante uma despesa líquida de R\$ 579,6 milhões em 2009. A redução de R\$ 40,2 milhões nas despesas é explicada principalmente pela combinação dos itens a seguir:

- (i) efeito positivo não-recorrente da liquidação financeira relativa à operação de transferência das quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. para a Companhia Brasileira, no valor de R\$ 265,4 milhões, ocorrida em junho de 2010;
- (ii) efeito negativo não-recorrente em função da alienação de ativos resultante dos acordos com a SPTrans e a EMTU, em 2010, no valor de R\$ 41,0 milhões;
- (iii) aumento das despesas com execuções de obras no valor de R\$ 177,5 milhões, que passaram a ser contabilizadas como outras despesas operacionais, após adoção do IFRS e do ICPC 01 (mais detalhes na pág. 14). Esse montante possui compensação em outras receitas com valor correspondente; e
- (iv) baixa de ativos no valor de R\$ 31,1 milhões realizada após a finalização do inventário dos ativos físicos, em 2010.

No 4T10, as outras receitas e despesas representaram despesa líquida de R\$ 369,3 milhões, comparada à despesa líquida de R\$ 208,2 milhões no 4T09. Esse aumento de despesas deve-se principalmente ao efeito das despesas com execuções de obras pelo crescimento do Capex em R\$ 111,9 milhões no 4T10 em relação ao 4T09, além da baixa de ativos dos acordos com a SPTrans e EMTU.

## EBITDA

---

A Companhia atingiu um Ebitda de R\$ 2.412,8 milhões em 2010, superior em 35,9% ou R\$ 637,3 milhões ao registrado em 2009. Os seguintes fatores explicam essa variação:

- (i) acréscimo de 2,9% no consumo do mercado cativo, somado ao efeito positivo do reajuste tarifário médio de 2010;
- (ii) redução de R\$ 248,3 milhões devido as menores despesas com acordos e condenações judiciais, resultado do forte decréscimo das despesas com acordos e condenações trabalhistas, reversão de processos de complementação de aposentadoria e baixa de depósitos judiciais ocorrida em 2009; e
- (iii) aumento R\$ 85,4 milhões de despesas com materiais e serviços de terceiros, principalmente em função do programa de redução de DEC.

Em 2010, o Ebitda da Companhia foi impactado positivamente pela liquidação financeira das quotas da AES EP Telecom em R\$ 265,4 milhões e acordo com a PMSP em R\$ 75,5 milhões e reversão de R\$ 86,9 milhões referente a processos de complementação de aposentadoria. Enquanto, em 2009, o Ebitda foi impactado pelo acordo com a PMSP de R\$ 76,7 milhões e adesão ao Refis de R\$ 10,4 milhões. Excluindo esses efeitos o Ebitda teria sido de R\$ 1.985,0 milhões, crescimento de 17,6%, em relação aos R\$ 1.688,3 milhões registrados em 2009.

No 4T10, o Ebitda apresentou redução de R\$ 64,3 milhões na comparação com igual período de 2009, em consequência principalmente:

- (i) aumento de R\$ 31,2 milhões de despesas com materiais e serviços de terceiros;
- (ii) estabilidade no mercado cativo, mas com efeito médio na tarifa para o consumidor de 1,62% referente ao reajuste tarifário aplicado a partir de 4 de julho de 2010. Já o mercado livre apresentou crescimento de 14,2% nesse mesmo período, porém com reajuste tarifário foi de 14,1%; e
- (iii) crescimento de R\$ 52,9 milhões nas despesas com pessoal.

Os efeitos não-recorrentes registrados no 4T10 foram o pagamento do saldo remanescente do acordo com a PMSP de R\$ 36,9 milhões e a reversão de R\$ 86,9 milhões referente a processos de complementação de aposentadoria. No 4T09, o Ebitda foi impactado pela adesão ao Refis de R\$ 10,4 milhões. Excluindo esses efeitos o Ebitda, no 4T10 e 4T09, teriam sido de R\$ 418,8 milhões e R\$ 596,4 milhões, respectivamente.

## EBITDA Ajustado

O Ebitda da Companhia foi ajustado pelas despesas referentes ao passivo com a Fundação CESP. A administração ajusta no Ebitda as despesas referentes ao passivo com Fundação CESP (Confissão Dívida Ila, Reserva Matemática e Custo atuarial) para melhor refletir sua geração de caixa operacional uma vez que o saldo de obrigação com o fundo de pensão é considerado no saldo da dívida da Companhia.

Em 2010, o Ebitda ajustado totalizou R\$ 2.574,3 milhões, crescimento de 32,0% quando comparado a 2009. Já no 4T10 o montante foi de R\$ 585,7 milhões, decréscimo de 10,0% em comparação ao 4T09. Estas variações são explicadas basicamente pelas mutações do Ebitda nos períodos, além da redução de 7,8% nas despesas com a Fundação CESP entre os anos de 2010 e 2009.

R\$ milhões	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
<b>Ebitda</b>	<b>607,0</b>	<b>542,6</b>	<b>1.775,4</b>	<b>2.412,8</b>	<b>-10,6%</b>	<b>35,9%</b>
<b>Ajustes</b>						
Desp. Passivo - FCESP	43,8	43,1	175,2	161,6	-1,5%	-7,8%
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>650,7</b>	<b>585,7</b>	<b>1.950,6</b>	<b>2.574,3</b>	<b>-10,0%</b>	<b>32,0%</b>

## RESULTADO FINANCEIRO

Em 2010, o resultado financeiro líquido da Companhia foi uma receita de R\$ 103,0 milhões, inferior em 61,9% ao se comparar com a receita de R\$ 270,4 milhões apresentada em 2009. Em ambos os exercícios o desempenho financeiro foi influenciado pelo registro de receitas não recorrentes, a saber:

- (i) em 2009, R\$ 275,3 milhões relacionado à adesão da AES Eletropaulo ao Programa de Parcelamento Fiscal ("Refis") de tributos federais; e
- (ii) em 2010, R\$ 106,3 milhões em 2010, referente ao final da discussão sobre o acordo definitivo firmado com o Banco Santos.

Excluindo os itens não recorrentes, o resultado financeiro líquido da Companhia seria uma despesa de R\$ 23,7 milhões em 2010, inferior em R\$ 9,0 milhões quando comparado à despesa de R\$ 14,7 milhões em 2009. A menor variação cambial sobre a tarifa de Itaipu no período é o principal fator responsável pela redução em 2010.

Já o quarto trimestre de 2010 apresentou redução de R\$ 236,8 milhões ao se comparar com o mesmo período de 2009, devido à adesão ao Refis mencionada acima, além do acréscimo de R\$ 5,1 milhões nos encargos da dívida e de R\$ 16,7 milhões referentes ao pagamento de juros sobre as contas dos consumidores.

## Receitas Financeiras

A receita financeira da AES Eletropaulo em 2010 foi de R\$ 274,5 milhões, redução de 44,9% ao se comparar ao ano de 2009, explicado por:

- (i) incremento de R\$ 33,1 milhões no rendimento das aplicações financeiras, devido ao maior saldo médio em caixa (R\$ 1.614 milhões remunerados a 101,8% do CDI em 2010 ante R\$ 1.188 milhões remunerados a 102,5% do CDI em 2009);
- (ii) aumento de R\$ 10,0 milhões no recebimento de multa cobrada dos clientes; e

- (iii) impacto, em 2009, de receita não recorrente no valor de R\$ 275,3 milhões relacionado à adesão da AES Eletropaulo ao Programa de Parcelamento Fiscal (“Refis”) de tributos federais.

No 4T10, a receita financeira foi inferior em R\$ 255,7 milhões quando comparada ao mesmo período de 2009. Apesar do melhor rendimento das aplicações financeiras, com ganho de R\$ 18,2 milhões, resultado do aumento no saldo médio de caixa e da taxa Selic (R\$ 1.601 milhões remunerados a 102,2% do CDI no 4T10 ante R\$ 1.209 milhões remunerados a 101,6% do CDI no 4T09), a adesão ao Refis contribuiu significativamente com as receitas do 4T09, explicando a variação entre os períodos.

### Despesas Financeiras

A Companhia registrou redução de R\$ 108,8 milhões nas despesas financeiras em 2010, que atingiram R\$ 258,6 milhões, devido a:

- (i) efeitos positivos não-recorrentes relacionados a:
  - a. contabilização, no 2º trimestre de 2010, de R\$ 106,3 milhões referentes ao final da discussão sobre o acordo firmado com o Banco Santos; e
  - b. reconhecimento, no 3º trimestre de 2010, do montante de R\$ 20,4 milhões relacionado a reversão de provisão de juros e multa, correspondentes à contingência iniciada pela mudança na base de cálculo do COFINS instituída em 2004.
- (ii) redução de R\$ 9,2 milhões devido ao fim dos encargos incidentes sobre os débitos fiscais em função da adesão ao Refis em Nov/09;
- (iii) diminuição de R\$ 17,6 milhões com carta fiança resultado do cancelamento das cartas fianças apresentadas em garantia nas discussões fiscais findas em novembro de 2009, após adesão ao Refis, e à não renovação da garantia firme para a emissão da carta de fiança para o Caso Eletrobrás; e
- (iv) aumento dos encargos de dívida em R\$ 55,3 milhões decorrente do maior saldo de dívida na Companhia (CCB e novas debêntures).

Analisando o 4T10, ocorreu aumento de R\$ 6,3 milhões em relação ao 4T09. Essa evolução das despesas financeiras refere-se ao acréscimo de R\$ 5,1 milhões devido ao maior saldo da dívida no período, além do incremento de R\$ 2,3 milhões relacionado ao pagamento de penalidades por transgressão dos indicadores DIC, FIC e DMIC.

### Variação Monetária e Cambial Líquida

A variação monetária e cambial líquida apresentou receita de R\$ 87,1 milhões em 2010, 37,6% inferior ao montante de R\$ 139,7 milhões registrado em 2009. O desempenho foi influenciado pelos seguintes fatores:

- (i) item não-recorrente relacionado à atualização monetária do recebimento da 1ª parcela do acordo com a Prefeitura de São Paulo, ocorrido em 2009, de R\$ 39,7 milhões;
- (ii) impacto negativo de R\$ 15,0 milhões referente ao reconhecimento do ajuste da variação monetária sobre a energia livre. Maiores informações na página 10 em RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária; e
- (iii) da variação monetária relacionada ao reconhecimento de PIS/COFINS sobre energia livre, que não foi cobrado do consumidor no período de Nov/2005 a Out/2007, com impacto de R\$ 9,7 milhões.

No 4T10, a variação monetária foi R\$ 41,3 milhões superior à registrada no mesmo período de 2009, em função da variação monetária relacionada ao reconhecimento de PIS/COFINS sobre energia livre,

mencionada acima, e do acréscimo de R\$ 16,7 milhões referente ao pagamento de juros das contas de consumidores.

## LUCRO LÍQUIDO

---

Em 2010, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 1.347,7 milhões, superior em R\$ 191,1 milhões ao se comparar com o lucro obtido em 2009. Esse crescimento decorre:

- (i) acréscimo de 2,9% no consumo do mercado cativo, somado ao efeito positivo do reajuste tarifário médio de 2010;
- (ii) impacto positivo não-recorrente de R\$ 68,2 milhões devido a adoção do IFRS; e
- (iii) ganhos provenientes de itens não recorrentes já mencionados: (a) acordo com o Banco Santos (R\$ 70,1 milhões); (b) liquidação financeira da venda das quotas da AES EP Telecom (R\$ 175,1 milhões); e (c) reversão de provisões trabalhistas (R\$ 57,4 milhões).

Em 2010, o lucro líquido da Companhia foi impactado positivamente pela liquidação financeira das quotas da AES EP Telecom em R\$ 175,1 milhões, acordo com o Banco Santos em R\$ 70,1 milhões, acordo com a PMSP em R\$ 47,6 milhões e reversão de R\$ 57,4 milhões referente a processos de complementação de aposentadoria. Já em 2009, o lucro líquido foi impactado pelo acordo com a PMSP em R\$ 76,6 milhões e adesão ao Refis com efeito de R\$ 297,7 milhões.

Excluindo os itens extraordinários em ambos os exercícios o lucro líquido teria sido de R\$ 997,5 milhões em 2010, crescimento de 27,5%, em relação aos R\$ 782,3 milhões registrados em 2009.

No 4T10, o lucro líquido apresentou uma redução de R\$ 325,2 milhões em relação ao mesmo período de 2009. Essa queda deveu-se, principalmente, a redução de R\$ 297,7 milhões devido ao efeito não-recorrente da adesão ao Refis no 4T09, além da baixa de ativos dos acordos com a SPTrans e EMTU que totalizaram R\$ 41,0 milhões.

O resultado do 4T10 foi influenciado positivamente pelo pagamento do saldo remanescente do acordo com a PMSP de R\$ 24,0 milhões e a reversão de R\$ 57,4 milhões referente a processos de complementação de aposentadoria. No 4T09, o lucro líquido foi impactado pela adesão ao Refis de R\$ 297,7 milhões.

Excluindo esses efeitos o lucro líquido teriam sido de R\$ 218,3 milhões e R\$ 327,2 milhões, respectivamente, no 4T10 e 4T09.

## PROVENTOS

---

A administração da AES Eletropaulo propõe a distribuição integral da base para pagamento de dividendos do ano de 2010. Essa destinação será aprovada através de Assembléia Geral a ser realizada até o dia 29 de abril de 2011, quando ocorrerá: (i) a ratificação dos juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de dezembro de 2010, além da definição da efetiva data para pagamento; (ii) aprovação da proposta de dividendos complementares, referentes ao resultado líquido ao ano de 2010; e (iii) ratificação dos dividendos intermediários, referentes ao 1S10, pagos em 15 de setembro e 7 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 625,5 milhões.

A base de distribuição de dividendos da Companhia em 2010 foi impactada positivamente pela adoção do IFRS em R\$ 322,6 milhões.

O montante de dividendos complementares propostos pela administração da Companhia é de R\$ 843,6 milhões e o de JSCP de R\$ 72,8 milhões, conforme quadro abaixo. Dessa forma, a proposta de distribuição de proventos complementares da Companhia corresponde à R\$ 5,16 por ação ON e R\$ 5,68 por ação PN a serem pagos em data a ser deliberada em AGO, da seguinte forma:

### Juros sobre capital próprio

- R\$ 0,41 por ação ON e R\$ 0,45 por ação PN serem pagos em 17 de Maio de 2011. Observando que os valores para JSCP são brutos.

#### Dividendos complementares:

- R\$ 4,75 por ação ON e R\$ 5,23 por ação PN serem pagos em 17 de Maio de 2011.

Considerando o preço médio ponderado das ações preferenciais em 2010, de R\$ 33,74 por ação, o dividend yield do ano foi de 28,6%.

Dividendos 2010 (R\$ Milhões)	
Lucro do Exercício - 31 DEZEMBRO 2010 em IFRS	1.347,7
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	121,5
Ajustes referentes à adoção do IFRS	129,2
Constituição de Reserva Legal (5%)	(56,4)
<b>Base para distribuição de dividendos</b>	<b>1.541,9</b>
Dividendos Intermediários já distribuídos	(625,5)
Juros sobre Capital Próprio já destinados	(72,8)
<b>Dividendos complementares propostos</b>	<b>843,6</b>
Saldo remanescente	-

## ENDIVIDAMENTO

Atendendo às exigências da Lei nº 11.638, contratos de arrendamento mercantil e locação sob a rubrica de Leasing são considerados no saldo total da dívida. Ao final de 2010, tais contratos representaram R\$ 15,4 milhões do saldo do endividamento da Companhia, inferior ao montante de R\$ 16,3 milhões registrados no final de 2009. Para efeito de análise, tais valores não são considerados no saldo total da dívida.

A dívida bruta da Companhia, ao término de 2010, somava R\$ 4.116,1 milhões, 4,5% superior se compararmos com a posição de 31 de dezembro de 2009 (R\$ 3.940,2 milhões). O crescimento de R\$176,0 milhões da dívida bruta refere-se à emissão de 2 debêntures, nos meses de abril e maio de 2010, no valor total de R\$ 800 milhões com o objetivo de amortizar os Bonds denominados em reais no valor de R\$ 474 milhões e financiar parte dos investimentos da Companhia para o ano. Cabe ressaltar que, com a adoção do IFRS, o montante da dívida bruta relacionado à Fundação Cesp foi impactado pelo reconhecimento de ganhos atuariais de acordo com o CPC 33 no balanço de abertura, com efeito de R\$ 521,4 milhões. Maiores informações sobre esse impacto podem ser encontradas no capítulo que trata dos impactos do IFRS na página 14.

No encerramento de 2010, as disponibilidades somavam R\$ 1.664,4 milhões, R\$ 415,2 milhões superior ao mesmo período de 2009 devido, principalmente, às emissões já mencionadas acima e à liquidação financeira da venda da AES EP Telecom ocorrida no 2T10, no valor de R\$ 265,4 milhões. A dívida líquida era de R\$ 2.436,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, montante 8,9% inferior ao registrado no encerramento de 2009 (R\$ 2.674,6 milhões). O aumento das disponibilidades mais do que compensou o crescimento da dívida bruta.

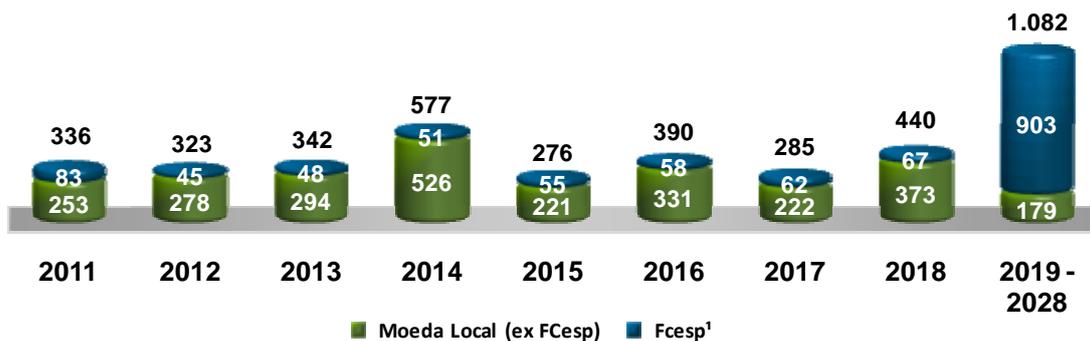
Considerando o Ebitda ajustado dos 12 meses findos em dezembro de 2010, a Companhia apresenta indicador Dívida Líquida / Ebitda Ajustado de 0,9 vezes. Os ajustes do Ebitda são referentes às despesas junto à Fundação CESP, uma vez que essa obrigação é considerada para o cálculo do saldo da dívida.

## Destaques

- **Custo médio:** O custo médio da dívida total da AES Eletropaulo passou de CDI + 1,35% a.a., em 31 de dezembro de 2009, para CDI + 1,10% a.a. ao final de 2010. Essa queda é explicada pela liquidação dos Bonds em Reais, ocorrida em 28/06/2010, no valor de R\$ 474 milhões e custo de 19,13% a.a., parcialmente compensado pelo maior IGP-DI no período (-0,26% em 31/12/2009 e 0,69% em 31/12/2010) que corrige o saldo da dívida com a Fundação CESP.
- **Prazo médio:** O prazo médio da dívida passou de 7,0 anos em 31 de dezembro de 2009, para 7,2 anos em 31 de dezembro de 2010 em função dos refinanciamentos já mencionados.

## CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO - R\$ milhões (Principal)

Abaixo o cronograma de amortização da dívida:



Para o ano de 2011, as amortizações de Principal referentes às dívidas em moeda nacional descritas no gráfico acima estão relacionadas a:

- R\$ 50 milhões referente ao Certificado de Crédito Bancário (CCB) emitido em maio/2006, a ser realizada no mês de maio; e
- R\$ 200 milhões referente à 1ª parcela da 10ª emissão de debêntures, a ser realizada no mês de setembro.

## Posição em 31/12/2010

R\$ milhões

<b>Dívida</b>	<b>4.116,1</b>
Disponibilidades*	1.664,4
<b>Dívida Líquida</b>	<b>2.451,7</b>
Leasing	15,4
<b>Dívida Líquida sem Leasing</b>	<b>2.436,3</b>

\* Caixa + Títulos e Valores Mobiliários

## INVESTIMENTOS

A AES Eletropaulo investiu R\$ 682,3 milhões em 2010, montante recorde da Companhia, 32,3% superior ao investido em 2009. Do total de investimentos de 2010, R\$ 28,1 milhões correspondem a projetos financiados por consumidores e R\$ 654,1 milhões foram realizados com recursos próprios.

Em 2010, a AES Eletropaulo investiu R\$ 9,0 milhões a mais do que os R\$ 673,3 previstos para o exercício. O aumento deveu-se principalmente aos investimentos com recursos próprios relacionados à: (i) modernização da rede subterrânea; (ii) equipamentos de campo e aquisição de transformadores de força e; (iii) aquisições de protetores de rede submersível, geradores de energia, transformadores de distribuição subterrânea e transformadores de força e equipamentos de campo.

No 4T10, a Companhia apresentou o volume de investimentos mais elevado de 2010: foram R\$ 299,0 milhões, montante 56,0% superior ao valor investido no mesmo período de 2009. Os projetos financiados por consumidores neste período somaram R\$ 6,6 milhões, enquanto os investimentos com recursos próprios totalizaram R\$ 292,4 milhões.

Investimentos - R\$ milhões	4T09	4T10	2009	2010	Var (%)	
					4T10x4T09	2010x2009
Serviço ao Consumidor e Expansão do Sistema	40,9	148,7	226,2	348,1	263,5%	53,9%
Manutenção	29,1	94,7	120,7	186,4	225,7%	54,4%
Recuperação de Perdas	21,6	13,5	76,1	63,8	-37,3%	-16,1%
Tecnologia da Informação	5,3	17,9	25,8	28,0	239,8%	8,5%
Outros	5,7	17,5	29,5	27,8	206,8%	-5,5%
<b>Total (c/ recursos próprios)</b>	<b>180,5</b>	<b>292,4</b>	<b>478,3</b>	<b>654,1</b>	<b>62,0%</b>	<b>36,8%</b>
Financiado pelo cliente	11,1	6,6	37,4	28,1	-40,6%	-24,7%
<b>Total</b>	<b>191,6</b>	<b>299,0</b>	<b>515,7</b>	<b>682,3</b>	<b>56,0%</b>	<b>32,3%</b>

Em 2011, a Companhia projeta investir R\$ 720,0 milhões, sendo R\$ 684,1 milhões com recursos próprios e R\$ 35,9 milhões financiados pelo cliente.

### Principais Investimentos - 4T10 e Total 2010

**Expansão do Sistema e Serviços ao Consumidor** - Atender ao crescimento do mercado e reduzir o risco de interrupção no fornecimento regular e em condições de emergência.

- O investimento em serviços ao consumidor em 2010 foi de R\$ 131,6 milhões atendendo à adição de 179 mil clientes no ano. No 4º trimestre foram investidos R\$ 32,8 milhões em serviços ao consumidor, destinados à adição de 45 mil novos clientes.
- Em 2010 foram investidos R\$ 216,6 milhões, com destaque para as obras em andamento da Linha de Transmissão Subterrânea Anhanguera - Casa Verde, e a Linha de Distribuição Subterrânea Parque Ibirapuera, objetivando a melhoria na qualidade de fornecimento de energia, atendendo aproximadamente 1,2 milhão de habitantes. No 4T10 foram investidos R\$ 115,9 milhões em obras de expansão, com a ampliação da capacidade de Estações Transformadoras de Distribuição (ETD) totalizando 231 MVA de carga adicionada.

**Manutenção** - Melhorar os indicadores de qualidade, proporcionar a continuidade do fornecimento, evitar acidentes com a população e modernizar a rede de distribuição.

- O total investido em 2010 foi de R\$ 186,4 milhões, abrangendo 3.265 km da rede. No 4T10, foram investidos R\$ 94,7 milhões em projetos de manutenção preventiva e corretiva, realizados em 699 km de redes de distribuição, automação do sistema elétrico e modernização da subtransmissão e subterrâneo.

**Recuperação de Perdas - Diminuir as ligações ilegais, prover a recuperação de receita e diminuir o risco para os clientes regulares da distribuidora.**

No ano, o total investido em recuperação de perdas somou R\$ 63,8 milhões. Foram realizadas 55,5 mil regularizações de ligações ilegais e corrigidas 35,6 mil irregularidades através de inspeções de fraude e anomalias. Além disto, foram substituídos 141,9 mil medidores obsoletos em 2010.

Os investimentos na recuperação de perdas no 4T10 totalizaram R\$ 13,5 milhões. Foram realizadas 8,8 mil regularizações de ligações ilegais e corrigidas 8,4 mil irregularidades através de inspeções de fraude e anomalias. Além disto, foram substituídos 32,3 mil medidores obsoletos no trimestre.

## FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

FLUXO DE CAIXA - R\$ Milhões	4T09	2009	1T10	2T10	3T10	4T10	2010
<b>SALDO DE CAIXA INICIAL</b>	<b>1.143</b>	<b>1.536</b>	<b>1.249</b>	<b>1.470</b>	<b>1.786</b>	<b>1.604</b>	<b>1.249</b>
Geração de caixa operacional	165	1.639	572	584	774	765	2.694
Investimentos	(148)	(482)	(135)	(115)	(156)	(234)	(640)
Despesa Financeira Líquida	(16)	(198)	(81)	(85)	(18)	(65)	(249)
Amortizações Líquidas	553	280	(14)	265	(14)	(14)	222
Despesas com Fundo de Pensão	(57)	(224)	(48)	(43)	(47)	(55)	(193)
Imposto de Renda	(61)	(309)	(73)	(109)	(153)	(26)	(360)
Recebimento venda EP Telecom	-	-	-	308	-	-	308
<b>CAIXA LIVRE</b>	<b>436</b>	<b>706</b>	<b>221</b>	<b>804</b>	<b>385</b>	<b>372</b>	<b>1.782</b>
Dividendos	(330)	(993)	-	(489)	(567)	(311)	(1.367)
<b>SALDO DE CAIXA FINAL</b>	<b>1.249</b>	<b>1.249</b>	<b>1.470</b>	<b>1.786</b>	<b>1.604</b>	<b>1.664</b>	<b>1.664</b>

O fluxo de caixa gerencial é um instrumento de gestão de caixa e apresentará algumas diferenças em relação aos procedimentos contábeis que adotam regime de competência para fins de reconhecimento de resultados.

A distinção entre os regimes de caixa e competência explica a diferença entre a geração de caixa operacional e o Ebitda Ajustado da Companhia.

Desde o início de 2010, a conta de juros, antes incluída na linha geração de caixa operacional, passou a compor a linha de despesa financeira líquida. Para efeito de comparação essa alteração foi feita retroativamente a 2009.

### Destques do Fluxo de Caixa de 2010:

- O incremento da geração de caixa operacional em relação a 2009 é explicado principalmente:
  - (i) crescimento de 5,00% do mercado total da Companhia ante 2009, além do reajuste tarifário anual autorizado pela Aneel, que em 4 de julho de 2009 foi de 14,88%, com efeito médio percebido pelo consumidor de 13,03% e em 4 de julho de 2010 foi de 8,00%, com efeito médio percebido pelo consumidor de 1,62%;
  - (ii) redução de R\$ 792,8 milhões no pagamento de contingências em 2010, devido: (a) adesão ao Refis em 2009 que resultou no pagamento de R\$ 605,4 milhões; (b) menor

volume de novos processos judiciais registrados contra a Companhia em 2010, além dos efeitos da greve do judiciário paulista em 2010, que durou 127 dias;

- (iii) redução nas despesas com compra de energia de Itaipu devido ao menor volume de energia e depreciação da taxa de dólar média frente ao real, de R\$ 2,00 em 2009 comparada à R\$ 1,76 em 2010.
- (iv) parcialmente compensado pelo desembolso a maior em R\$ 411,1 milhões de ICMS em 2010 devido ao crescimento de mercado, o reajuste tarifário e o ICMS substituição tributária cobrado dos clientes livres, que passou a ser de responsabilidade das distribuidoras de energia elétrica a partir de 1 de junho de 2009, sendo repassado para a Fazenda Estadual a partir de 7 de julho de 2009; e
- Os desembolsos da Companhia para fazer frente aos investimentos de 2010 totalizaram R\$ 639,9 milhões, montante R\$ 158,4 milhões superior ao registrado em 2009;
- As capitalizações líquidas ficaram praticamente em linha no ano, já em 2009 houve a contratação de CCB para financiar a adesão ao Refis, enquanto em 2010 ocorreu a emissão de duas debêntures com o objetivo de amortizar os Bonds denominados em reais e de financiar parte dos investimentos da Companhia em 2010;
- Os pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social durante o ano de 2009 foram reduzidos pelo benefício fiscal gerado pela adesão ao Refis; adicionalmente o lucro apurado em 2010 foi maior, gerando um maior pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Recebimento da venda da EP Telecom para a Brasileira no valor de R\$ 308,4 milhões, no 2T10;

A aplicação dos recursos da Companhia é feita em Títulos Públicos e CDBs e tiveram rentabilidade média 101,8% do CDI em 2010.

O pagamento de dividendos no ano totalizou R\$ 1.366,8 milhões, com aumento de 34,7% ante os R\$ 992,6 milhões pagos em 2009. Esta variação é explicada pelos seguintes fatores: (i) pagamento ao longo de 2010 dos proventos referentes ao resultado do 2S09, que incluiu itens não recorrentes que impactaram positivamente a base de distribuição de dividendos em R\$ 374,3 milhões; e (ii) distribuição integral de dividendos intermediários referentes ao 1S10, beneficiados pelo lucro adicional de R\$ 245,3 milhões referente a eventos não recorrentes.

#### Destaques do Fluxo de Caixa do 4T10 x 4T09:

- A geração de caixa operacional do período é explicado principalmente por:
  - (i) reajuste tarifário de 8,00%, com efeito médio percebido pelo consumidor de 1,62%, a partir de 4 de julho de 2010 somado ao aumento no mercado total de 2,34%, no 4T10;
  - (ii) redução de R\$ 635,6 milhões nos desembolsos com condenações, uma vez que no 4T09 foi feito o pagamento de R\$ 605,4 milhões referente a adesão da AES Eletropaulo ao Refis;
  - (iii) maior despesas com ICMS no 4T10 em função do efeito do ICMS substituição tributária dos clientes livres, no valor R\$ 48,0 milhões, conforme explicado anteriormente; e
  - (iv) aumento no desembolso com despesas operacionais durante o 4T10, principalmente com pessoal, material e serviço de terceiros.
- Acréscimo de R\$ 85,4 milhões nos desembolsos de caixa para pagamento dos investimentos realizados pela Companhia, no 4T10;
- Aumento nas Despesas Financeiras de R\$ 48,9 milhões, decorrente do pagamento de juros referentes ao CCB;
- Redução de R\$ 35,5 milhões no pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social, explicado pelo menor resultado obtido pela Companhia durante o 4T10, devido ao impacto positivo de itens não recorrentes que geraram créditos tributários durante o 4T09, em função da adesão ao Refis;

- Pagamento da 2ª parcela, no dia 7 de dezembro de 2010, dos dividendos intermediários referentes ao resultado do 1S10 deliberados em 5 de agosto de 2010;
- A Companhia mantém suas aplicações em Títulos Públicos e CDBs, que tiveram rentabilidade média de 102,2% do CDI no 4T10.

## MERCADO DE CAPITALIS

As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível II de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELPL3 (ordinárias) e ELPL4 (preferenciais). Além disso, a Companhia também possui ADRs negociadas no mercado de balcão norte-americano sob as regras 144A e "Reg S" (Regulamento S) sob os códigos EPUMY e ELPSY (preferenciais).

As ações preferenciais (ELPL4) da AES Eletropaulo integram o Ibovespa, índice que retrata o comportamento dos principais papéis negociados na BM&FBovespa, e também o Itag (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado), que mede o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas, que ofereçam melhores condições aos acionistas minoritários no caso de alienação do controle.

Pelo sexto ano consecutivo, a Companhia integra a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. A AES Eletropaulo integra a índice desde sua criação, refletindo o comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade empresarial. Além disso, a Companhia integra também o Índice de Energia Elétrica (IEE), que tem como objetivo medir o desempenho do setor elétrico.

A partir de janeiro de 2011, a Companhia passou a integrar o ICO2 (Índice Carbono Eficiente), índice desenvolvido pela BM&FBovespa em conjunto com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), que inclui em sua carteira somente as companhias que adotam práticas transparentes com relação à suas emissões de gases efeito estufa. A AES Eletropaulo monitora e afere suas emissões de gases efeito estufa de maneira transparente, reforçando seu compromisso com as questões climáticas e de meio ambiente.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2010, foi aprovada a conversão das ações preferenciais classe A em ações preferenciais classe B. Com isso, a Companhia reforça o compromisso com as boas práticas de Governança Corporativa, conferindo a todas as ações preferenciais o direito de *tag along* de 100%, além de promover o aumento da liquidez das antigas ações preferenciais classe A.

A partir de 21 de dezembro de 2010, as ações preferências da Companhia passaram a ser negociadas na BM&F Bovespa sob código unificado (*ticker*) ELPL4. Deixaram, portanto, de existir os *tickers* ELPL5 e ELPL6 na mesma data.

## DESEMPENHO DA AÇÃO

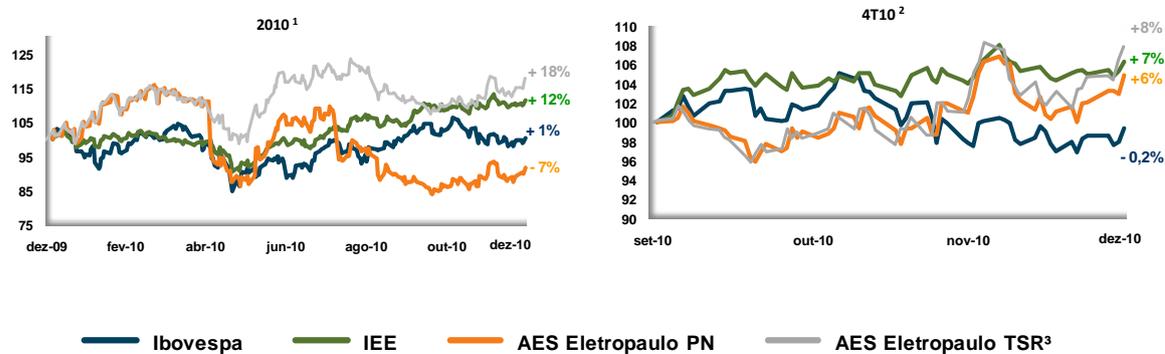
Conforme mencionado acima, as ações preferenciais classe B (ELPL6) da AES Eletropaulo absorveram as ações preferenciais classe A (ELPL5) e passaram a ser negociadas sob *ticker* ELPL4, passando a ser denominada unicamente como ação preferencial. Portanto, considera-se o histórico da ELPL6 ao se tratar das ações preferencias da Companhia.

Em 2010, as ações ordinárias (ELPL3) da AES Eletropaulo encerraram o ano cotadas à R\$ 30,01, queda de 9,0% enquanto as ações preferenciais (ELPL4) encerraram o ano cotadas à R\$ 32,11 com queda de 6,8%. Neste mesmo período o Ibovespa valorizou 1,0% e o IEE 12,0%. A ação preferencial da Companhia, antiga ELPL6, foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa ao longo do ano. Os dados de liquidez mostram a realização de 503.158 negócios, envolvendo cerca de 179,3 milhões de ações preferenciais, com volume médio diário de R\$ 24,5 milhões no mercado à vista de 2010. Já as ações ordinárias foram negociadas 34 dos 247 pregões, com realização de 67 negócios,

envolvendo cerca de 10,1 mil ações ordinárias, com volume médio diário de R\$ 1,7 mil. Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 5,2 bilhões.

### AES Eletropaulo x Ibovespa x IEE

Base 100



1 - Índice - 31/12/2009 = 100

2 - Índice - 30/09/2010 = 100

3 - TSR - Total Shareholder Return - Considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período

### BASE ACIONÁRIA

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES ELPA	51.825.798	77,8%	0	0,0%	51.825.798	31,0%
União Federal	13.342.384	20,0%	0	0,0%	13.342.384	8,0%
Cia Brasileira de Energia	0	0,0%	7.434.388	7,4%	7.434.388	4,4%
BNDES	1	0,0%	734.576	0,7%	734.577	0,4%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,2%	92.570.106	91,9%	94.006.740	56,2%
<b>Total</b>	<b>66.604.817</b>	<b>100,0%</b>	<b>100.739.070</b>	<b>100,0%</b>	<b>167.343.887</b>	<b>100,0%</b>

Em 31/12/2010

Clarissa Sadock Diretora de Relações com Investidores <a href="mailto:clarissa.sadock@aes.com">clarissa.sadock@aes.com</a> Tel: (11) 2195-7048		
Gerente de RI	e-mail	Telefone
Carolina Freitas	<a href="mailto:carolina.freitas@aes.com">carolina.freitas@aes.com</a>	(11) 2195-2030
Analistas de RI	e-mail	Telefone
André Amorim	<a href="mailto:andre.amorim@aes.com">andre.amorim@aes.com</a>	(11) 2195-2428
Daniel Kuratomi	<a href="mailto:daniel.kuratomi@aes.com">daniel.kuratomi@aes.com</a>	(11) 2195- 7712
José Eduardo Szuster	<a href="mailto:jose.szuster@aes.com">jose.szuster@aes.com</a>	(11) 2195-7691
Paulo Souza de Oliveira Junior	<a href="mailto:Paulos.deoliveira@aes.com">Paulos.deoliveira@aes.com</a>	(11) 2195-2289
<a href="http://www.aeseletropaulo.com.br/ri">www.aeseletropaulo.com.br/ri</a>		<a href="mailto:ri.aeseletropaulo@aes.com">ri.aeseletropaulo@aes.com</a>

**A AES ELETROPAULO CONVIDA PARA:**

## Teleconferência / Webcast

### APRESENTAÇÃO:

Britaldo Soares - Diretor-Presidente

Rinaldo Pecchio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**DATA:** sexta-feira, 25 de março de 2011

**HORÁRIO:** 10h00 (BR) / 09:00 a.m. (EST)

### CONEXÃO:

- **Brasil:** (+55 11) 4688-6361
- **EUA:** (1-888) 700-0802
- **Outros países:** (1 786) 924-6977

**TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PARA O INGLÊS.**

**CÓDIGO DA CONFERÊNCIA:** AES Eletropaulo

**REPLAY:** (+55 11) 4688-6312

**CÓDIGO:** 1660362

**DISPONIBILIDADE:** 25/03/11 até 31/03/11

Os slides da apresentação estarão disponíveis para visualização e download no website [www.eletropaulo.com.br/ri](http://www.eletropaulo.com.br/ri).

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet, no mesmo site, onde ficará disponível após o evento.

## ANEXOS

ATIVO (R\$ milhões)	31/12/2009 Sem IFRS	Ajustes	31/12/2009 Com IFRS	31/12/2010 Sem IFRS	Ajustes	31/12/2010 Com IFRS
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.641,9</b>	<b>(653,0)</b>	<b>2.988,9</b>	<b>3.730,1</b>	<b>(464,1)</b>	<b>3.266,0</b>
Disponibilidades	1.249,2	-	1.249,2	1.664,4	-	1.664,4
Contas a Receber	1.604,8	(7,2)	1.597,6	1.667,1	(14,5)	1.652,6
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(326,1)	1,7	(324,4)	(343,8)	-	(343,8)
Tributos e Contribuições Sociais	535,1	(240,0)	295,1	378,2	(246,8)	131,4
Estoques	53,0	-	53,0	54,5	-	54,5
Diferimento de custos tarifários	369,4	(369,4)	-	189,1	(189,1)	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos	156,4	(38,1)	118,3	120,6	(13,7)	106,9
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>8.213,5</b>	<b>(24,1)</b>	<b>8.189,4</b>	<b>8.281,8</b>	<b>(146,6)</b>	<b>8.130,0</b>
Tributos e Contribuições Sociais	800,4	151,1	951,4	735,3	45,7	781,0
Contas a Receber	261,7	(5,2)	256,5	188,8	-	183,6
Provisão para Devedores Duvidosos	(213,8)	-	(213,8)	(144,4)	-	(144,4)
Diferimento de custos tarifários	74,6	(74,6)	-	65,6	(65,6)	-
Outros Créditos	582,2	23,4	605,6	560,0	-	560,1
Ativo Financeiro de Concessão	-	680,9	680,9	-	872,1	872,1
Investimentos	9,5	-	9,5	9,5	-	9,5
Imobilizado	6.518,0	(6.455,9)	62,1	6.721,6	(6.706,39)	15,2
Intangível	180,9	5.656,2	5.837,1	145,4	5.707,57	5.853,0
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.855,4</b>	<b>(677,0)</b>	<b>11.178,3</b>	<b>12.011,9</b>	<b>(610,7)</b>	<b>11.396,0</b>
	-	-	-	-	-	-
PASSIVO (R\$ milhões)	31/12/2009 Sem IFRS	Ajustes	31/12/2009 Com IFRS	31/12/2010 Sem IFRS	Ajustes	31/12/2010 Com IFRS
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.678,4</b>	<b>(961,4)</b>	<b>2.717,0</b>	<b>2.871,1</b>	<b>(375,8)</b>	<b>2.495,3</b>
Fornecedores	829,6	-	829,6	978,8	-	978,8
Empréstimos, Financiamentos e Debentures						
Moeda Nacional	623,8	(6,2)	617,6	322,6	(5,2)	317,3
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-
Fundação CESP	84,8	(84,8)	-	86,4	(86,4)	-
Impostos, Taxas e Contribuições	502,7	(723,5)	(220,9)	513,3	(46,4)	466,9
Folha de Pagamento	1,8	-	1,8	2,3	-	2,3
Provisões	269,7	-	269,7	211,8	-	211,8
Dividendos e JSCP Declarados	761,9	-	761,9	84,2	-	84,2
Outros	604,1	(146,8)	457,3	671,7	(237,8)	433,9
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>4.895,7</b>	<b>(156,1)</b>	<b>4.739,6</b>	<b>5.374,4</b>	<b>(211,1)</b>	<b>5.163,3</b>
Impostos, Taxas e Contribuições	477,3	379,7	857,0	429,7	375,5	805,2
Empréstimos, Financiamentos e Debentures						
Moeda Nacional	1.896,0	(17,5)	1.878,5	2.438,2	(12,2)	2.426,0
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-
Fundação CESP	1.880,7	(436,6)	1.444,0	1.807,9	(435,1)	1.372,8
Provisões	370,3	-	370,3	328,0	(0,0)	328,0
Outros	271,3	(81,6)	189,7	370,5	(139,2)	231,3
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.281,3</b>	<b>440,5</b>	<b>3.721,7</b>	<b>3.766,4</b>	<b>843,6</b>	<b>3.737,4</b>
Capital Social Realizado	1.057,6	-	1.057,6	1.057,6	(0,0)	1.057,6
Reserva de Capital	-	14,4	14,4	-	15,6	15,6
Reserva legal	155,1	-	155,1	211,5	0,0	211,5
Lucros acumulados	-	-	-	-	(139,2)	(139,2)
Outros Resultados Abrangentes	2.068,5	(407,3)	1.661,2	1.976,3	(367,3)	1.609,0
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	833,3	833,3	521,0	322,6	843,6
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>11.855,4</b>	<b>(677,0)</b>	<b>11.178,3</b>	<b>12.011,9</b>	<b>256,8</b>	<b>11.396,0</b>

Demonstração dos Resultados	4T09 Sem IFRS	Ajustes	4T09 Com IFRS	4T10 Sem IFRS	Ajustes	4T10 Com IFRS	Var (%) Com IFRS 4T10 x 4T09
Receita Bruta	3.444,7	283,7	3.728,4	3.585,5	389,3	3.974,8	6,6%
Deduções à Receita Operacional	(1.249,8)	(32,8)	(1.282,6)	(1.334,1)	10,6	(1.323,5)	3,2%
<b>Receita Líquida</b>	<b>2.194,9</b>	<b>250,9</b>	<b>2.445,8</b>	<b>2.251,4</b>	<b>399,9</b>	<b>2.651,3</b>	<b>8,4%</b>
Despesas Operacionais	(1.743,6)	112,8	(1.630,7)	(1.742,2)	2,8	(1.739,4)	6,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.076,2)	90,3	(985,9)	(1.165,3)	(0,7)	(1.165,9)	18,3%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(274,9)	22,9	(252,0)	(289,6)	1,4	(288,1)	14,3%
Pessoal + Entidade de Previdência Privada	(186,6)	(0,4)	(187,0)	(189,3)	2,8	(186,5)	-0,3%
Materiais	(7,8)	-	(7,8)	(9,8)	-	(9,8)	25,2%
Serviços de Terceiros	(95,4)	(0,8)	(96,2)	(125,5)	0,0	(125,4)	30,3%
Outros	(102,7)	0,8	(101,8)	37,1	(0,8)	36,3	-135,7%
Outras Receitas e Despesas	(20,4)	(187,8)	(208,2)	(44,3)	(325,0)	(369,3)	77,3%
<b>EBITDA</b>	<b>430,9</b>	<b>175,9</b>	<b>606,8</b>	<b>464,9</b>	<b>77,7</b>	<b>542,6</b>	<b>-10,6%</b>
Desp. Passivo - FCESP	43,8	-	43,8	43,1	-	43,1	-1,5%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>474,7</b>	<b>175,9</b>	<b>650,6</b>	<b>508,0</b>	<b>77,7</b>	<b>585,7</b>	<b>-10,0%</b>
Depreciação e Amortização	(97,3)	(29,0)	(126,3)	(98,7)	(26,1)	(124,8)	-1,2%
Receitas Financeiras	338,6	(10,5)	328,1	71,6	0,8	72,4	-77,9%
Despesas Financeiras	(75,2)	(1,3)	(76,4)	(81,7)	(1,0)	(82,7)	8,2%
Var. Cambial/Mont. (Liq.)	4,5	11,6	16,1	40,0	1,3	41,3	155,9%
Resultado Financeiro	268,0	(0,2)	267,8	30,0	1,0	31,0	-88,4%
<b>Resultado antes da Tributação</b>	<b>601,6</b>	<b>146,7</b>	<b>748,3</b>	<b>396,2</b>	<b>52,7</b>	<b>448,8</b>	<b>-40,0%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(76,0)	(47,3)	(123,4)	(121,0)	(28,1)	(149,1)	20,9%
<b>Lucro (prejuízo) Líquido</b>	<b>525,5</b>	<b>99,4</b>	<b>624,9</b>	<b>275,1</b>	<b>24,6</b>	<b>299,7</b>	<b>-52,0%</b>

Consumo Cativos - GWh	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
RESIDENCIAL	3.800,6	3.974,5	15.014,5	15.545,5	4,6%	3,5%
INDUSTRIAL	1.694,7	1.584,5	6.032,0	6.136,7	-6,5%	1,7%
COMERCIAL	2.901,9	2.854,8	10.751,7	11.081,2	-1,6%	3,1%
DEMAIS	686,2	668,4	2.638,1	2.670,9	-2,6%	1,2%
<b>TOTAL DE CONSUMO FATURADO</b>	<b>9.083,4</b>	<b>9.082,2</b>	<b>34.436,2</b>	<b>35.434,3</b>	<b>0,0%</b>	<b>2,9%</b>
CONSUMO PRÓPRIO	12,3	11,5	46,4	45,8	-6,0%	-1,3%
<b>Total</b>	<b>9.095,7</b>	<b>9.093,7</b>	<b>34.482,6</b>	<b>35.480,1</b>	<b>0,0%</b>	<b>2,9%</b>
Faturamento - R\$ Milhões						
RESIDENCIAL	1.154,7	1.212,3	4.365,1	4.832,3	5,0%	10,7%
INDUSTRIAL	455,5	437,7	1.587,1	1.688,2	-3,9%	6,4%
COMERCIAL	841,6	842,3	3.001,1	3.253,1	0,1%	8,4%
DEMAIS	161,6	163,8	595,5	643,4	1,4%	8,0%
<b>Total</b>	<b>2.613,4</b>	<b>2.656,2</b>	<b>9.548,8</b>	<b>10.417,1</b>	<b>1,6%</b>	<b>9,1%</b>

Consumo Clientes Livres - GWh	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
INDUSTRIAL	1.302,6	1.494,6	4.831,8	5.686,3	14,7%	17,7%
COMERCIAL	204,0	253,5	793,6	971,2	24,3%	22,4%
DEMAIS	301,8	316,7	1.207,0	1.253,3	5,0%	3,8%
<b>Total</b>	<b>1.808,4</b>	<b>2.064,8</b>	<b>6.832,3</b>	<b>7.910,8</b>	<b>14,2%</b>	<b>15,8%</b>

Consumo Total (Incluindo Clientes Livres) - GWh *	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
RESIDENCIAL	3.800,6	3.974,5	15.014,5	15.545,5	4,6%	3,5%
INDUSTRIAL	2.997,3	3.079,2	10.863,7	11.823,0	2,7%	8,8%
COMERCIAL	3.105,9	3.108,2	11.545,3	12.052,4	0,1%	4,4%
DEMAIS	988,0	985,1	3.845,1	3.924,2	-0,3%	2,1%
<b>Total</b>	<b>10.891,8</b>	<b>11.147,0</b>	<b>41.268,5</b>	<b>43.345,1</b>	<b>2,3%</b>	<b>5,0%</b>

\* não inclui consumo próprio

TUSD	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
Receita Líquida - R\$ Milhões	143,6	175,7	529,9	603,3	22,3%	13,9%
GWh	1.808,4	2.064,8	6.832,3	7.654,4	14,2%	12,0%
<b>Tarifa (R\$/GWh)</b>	<b>79,4</b>	<b>85,1</b>	<b>77,6</b>	<b>78,8</b>	<b>7,1%</b>	<b>1,6%</b>

TARIFA MÉDIA - R\$/MWh	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
RESIDENCIAL	303,8	305,0	291	311	0,4%	6,9%
INDUSTRIAL	268,8	276,2	263	275	2,8%	4,6%
COMERCIAL	290,0	295,1	279	294	1,7%	5,2%
DEMAIS	235,5	245,1	226	241	4,1%	6,7%
<b>TOTAL</b>	<b>287,7</b>	<b>292,5</b>	<b>277</b>	<b>294</b>	<b>1,7%</b>	<b>6,0%</b>

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
Residencial	1.478,3	1.556,8	5.564,3	6.145,2	5,3%	10,4%
Comercial	1.025,5	1.025,9	3.657,3	3.962,6	0,0%	8,3%
Industrial	555,3	533,6	1.931,8	2.058,2	-3,9%	6,5%
Rural	0,8	(0,1)	2,2	3,3	N.D.	49,3%
Poder Público	103,2	105,6	368,0	401,3	2,4%	9,1%
Iluminação Pública	41,2	39,8	164,5	172,2	-3,4%	4,7%
Serviço Público	41,2	43,1	151,4	164,9	4,7%	8,9%
<b>Total de Fornecimento</b>	<b>3.245,3</b>	<b>3.304,7</b>	<b>11.839,6</b>	<b>12.907,9</b>	<b>1,8%</b>	<b>9,0%</b>
Outros						
Transmissoras (Ofício de Encerramento nº. 2.409/2007)	-	(0,3)	-	(0,3)	N.D.	N.D.
Energia no Curto Prazo	4,2	100,1	30,0	119,0	2278,6%	296,6%
Não Faturado	12,5	(25,4)	29,7	50,0	N.D.	68,8%
Dif. de alíquota - PIS/Cofins - Não Faturado	(4,5)	12,5	44,8	21,8	N.D.	-51,3%
Rec. Disponibilidade da Rede Elétrica (TUSD)	227,7	213,2	733,4	772,0	-6,4%	5,3%
Outros	243,1	370,1	653,6	843,2	52,2%	29,0%
<b>Total Outros</b>	<b>483,1</b>	<b>670,1</b>	<b>1.491,5</b>	<b>1.805,8</b>	<b>38,7%</b>	<b>21,1%</b>
<b>Total Receita Bruta</b>	<b>3.728,4</b>	<b>3.974,8</b>	<b>13.331,1</b>	<b>14.713,7</b>	<b>6,6%</b>	<b>10,4%</b>
Deduções do Resultado Bruto						
ICMS por classe						
Residencial	(323,6)	(343,0)	(1.199,1)	(1.328,6)	6,0%	10,8%
Comercial	(183,9)	(183,6)	(656,2)	(709,5)	-0,2%	8,1%
Industrial	(99,8)	(95,9)	(344,8)	(370,0)	-3,9%	7,3%
Rural	(0,0)	(0,0)	(0,1)	(0,2)	20,6%	45,7%
Poder Público	(10,0)	(10,4)	(35,8)	(39,6)	4,0%	10,7%
Iluminação Pública	(7,9)	(7,1)	(30,1)	(30,9)	-9,6%	2,9%
Serviço Público	(6,7)	(7,0)	(24,7)	(26,8)	3,9%	8,7%
Outros	(76,9)	(35,5)	(202,7)	(128,4)	-53,8%	-36,6%
<b>Total ICMS por classe</b>	<b>(708,9)</b>	<b>(682,7)</b>	<b>(2.493,5)</b>	<b>(2.634,1)</b>	<b>-3,7%</b>	<b>5,6%</b>
Outras						
Encargos do Consumidor - ECE	(0,0)	(0,0)	(0)	(0)	-30,8%	-58,1%
Encargos do Consumidor - RGR	(16,4)	(33,6)	(63,6)	(73,2)	105,4%	15,1%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(10,0)	(11,3)	(25,2)	(41,7)	12,3%	65,2%
Encargos do Consumidor - Lei nº. 12.111	-	(6,5)	-	(26,0)	N.D.	N.D.
Encargos Consumidor - Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	(22,8)	(6,3)	(82,9)	(72,4)	-72,3%	-12,6%
Encargos Consumidor - CCC	(119,0)	(149,3)	(333,2)	(487,8)	25,5%	46,4%
Encargos Consumidor - CDE	(96,7)	(99,8)	(386,9)	(399,0)	3,1%	3,1%
Outros (PIS, Cofins e ISS)	(308,8)	(334,1)	(1.160,1)	(1.282,3)	8,2%	10,5%
<b>Total Outras</b>	<b>(573,7)</b>	<b>(640,8)</b>	<b>(2.052,0)</b>	<b>(2.382,5)</b>	<b>11,7%</b>	<b>16,1%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>2.445,8</b>	<b>2.651,3</b>	<b>8.785,6</b>	<b>9.697,2</b>	<b>8,4%</b>	<b>10,4%</b>

Energia Elétrica Comprada para Revenda - R\$ Milhões	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
AES Tietê Contrato Bilateral	393,2	404,3	1.675,5	1.730,4	2,8%	3,3%
ITAIPU	239,3	225,9	1.090,8	938,2	-5,6%	-14,0%
Bilaterais	7,1	6,4	35,5	34,6	-10,5%	-2,6%
Curto Prazo / Disponibilidade	8,2	82,9	27,2	83,2	906,0%	206,1%
Leilão - CCEAR	424,2	537,5	1.562,2	1.831,4	26,7%	17,2%
PROINFA	20,0	23,6	154,6	167,6	18,4%	8,4%
(-) Créditos - PIS/COFINS	(106,1)	(114,7)	(397,9)	(431,7)	8,0%	8,5%
<b>Total</b>	<b>985,9</b>	<b>1.165,9</b>	<b>4.148,0</b>	<b>4.353,8</b>	<b>18,3%</b>	<b>5,0%</b>

Encargos Uso Sistema de Transmissão e Distribuição - R\$ Milhões	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
Rede Básica e ONS	227,1	176,9	867,7	861,0	-22,1%	-0,8%
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	10,8	94,4	49,6	223,7	771,5%	351,0%
Transporte Itaipu / Outros	19,3	20,2	75,5	78,5	4,9%	3,9%
CUSD	5,2	5,6	20,5	21,9	7,6%	6,8%
Conexão	16,8	19,8	69,4	68,3	17,8%	-1,6%
(-) Créditos - PIS/COFINS	(27,3)	(28,8)	(106,2)	(117,6)	5,4%	10,7%
<b>Total</b>	<b>251,9</b>	<b>288,1</b>	<b>976,5</b>	<b>1.135,9</b>	<b>14,4%</b>	<b>16,3%</b>

Pessoal - em R\$ milhões	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
Pessoal e Encargos	74,8	127,7	296,6	395,2	70,7%	33,2%
Entidade de Previdência	45,3	42,0	180,8	167,9	-7,3%	-7,1%
Acordos e Condenações Trabalhistas	66,9	16,8	222,5	84,0	-74,8%	-62,3%
<b>Total</b>	<b>187,0</b>	<b>186,5</b>	<b>699,9</b>	<b>647,1</b>	<b>-0,3%</b>	<b>-7,5%</b>

Pessoal - em R\$ milhões	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
Pessoal e Encargos	64,2	113,2	255,0	351,7	76,4%	37,9%
Provisionamento de PLR	10,6	14,5	41,6	43,6	36,2%	4,6%
Entidade de Previdência	45,3	42,0	180,8	167,9	-7,3%	-7,1%
Desp. Passivo - FCESP	43,8	43,1	175,2	161,6	-1,5%	-7,8%
Contribuição como patrocinadora	1,5	(1,1)	5,6	6,4	N.D.	14,6%
Acordos e Condenações Trabalhistas	66,9	16,8	222,5	84,0	-74,8%	-62,3%
<b>Total</b>	<b>187,0</b>	<b>186,5</b>	<b>699,9</b>	<b>647,1</b>	<b>-0,3%</b>	<b>-7,5%</b>

Resultado Financeiro - R\$ milhões	4T09	4T10	2009	2010	Var (%) 4T10 x 4T09	Var (%) 2010 x 2009
<b>Receitas financeiras:</b>						
Renda de aplicações financeiras	21,8	40,0	106,8	139,9	83,7%	31,0%
Selic - Parcela A/CVA	-	1,2	-	-	N.D.	N.D.
Selic - FINSOCIAL	0,2	-	7,0	-	-100,0%	-100,0%
Acréscimo moratório - consumidores	19,3	20,2	68,7	78,7	4,7%	14,6%
Multas	2,7	3,5	11,0	13,5	29,7%	23,0%
Renda de Títulos e Valores Mobiliários Alienados - LFT	3,0	1,6	8,8	12,5	-46,9%	43,3%
Benefícios da Lei 11.941 - REFIS	275,3	-	275,3	-	-100,0%	-100,0%
Outras	5,8	5,8	20,5	29,8	0,9%	45,3%
<b>Subtotal</b>	<b>328,1</b>	<b>72,4</b>	<b>498,1</b>	<b>274,5</b>	<b>-77,9%</b>	<b>-44,9%</b>
<b>Despesas financeiras:</b>						
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(70,8)	(75,9)	(272,8)	(328,0)	7,2%	20,3%
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	0,0	0,0	(0,0)	0,2	3531,5%	N.D.
(-) Transferido para o custo das imobilizações em curso	2,6	9,4	13,7	28,2	258,6%	106,6%
Operações de swap	(0,6)	-	(8,5)	-	-100,0%	-100,0%
Juros e Multa sobre Pis/Pasep e Cofins	8,7	-	(25,8)	19,2	-100,0%	N.D.
CPMF	-	-	-	(0,5)	N.D.	N.D.
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	(1,4)	2,7	(2,0)	2,0	N.D.	N.D.
Outras	(15,0)	(19,0)	(71,9)	20,3	26,5%	N.D.
<b>Subtotal</b>	<b>(76,4)</b>	<b>(82,7)</b>	<b>(367,4)</b>	<b>(258,6)</b>	<b>8,2%</b>	<b>-29,6%</b>
<b>Variação monetária e cambial líquida:</b>						
Moeda Nacional	9,6	40,1	63,7	83,4	317,8%	30,9%
Moeda Estrangeira	4,4	1,2	62,0	3,7	-73,9%	-94,0%
(-) Transferido para o custo das imobilizações em curso	2,1	0,0	14,0	0,0	-99,7%	-99,9%
<b>Subtotal</b>	<b>16,1</b>	<b>41,3</b>	<b>139,7</b>	<b>87,1</b>	<b>155,9%</b>	<b>-37,6%</b>
<b>Total Despesa Financeira</b>	<b>(60,3)</b>	<b>(41,4)</b>	<b>(227,7)</b>	<b>(171,5)</b>	<b>-31,3%</b>	<b>-24,7%</b>
<b>Total Resultado Financeiro</b>	<b>267,8</b>	<b>31,0</b>	<b>270,4</b>	<b>103,0</b>	<b>-88,4%</b>	<b>-61,9%</b>

Endividamento			
Moeda Estrangeira - R\$ milhões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Lei 7976/89	0,0	0,0	0,0
Resolução 96/93 (Bib's)	0,0	0,0	0,1
<b>Subtotal</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>

Moeda Local - R\$ milhões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
RELUZ	0,8	2,6	3,4
CCB - Citibank	52,8	197,6	250,4
CCB - Bradesco	7,5	587,0	594,5
DEBÊNTURES - 9ª Emissão	10,3	244,4	254,7
DEBÊNTURES - 10ª Emissão	216,8	396,6	613,4
DEBÊNTURES - 11ª Emissão	4,0	199,1	203,1
DEBÊNTURES - 12ª Emissão	11,5	397,4	408,9
DEBÊNTURES - 13ª Emissão	6,3	392,9	399,2
Leasing	7,1	8,3	15,4
Outros	0,3	0,0	0,3
<b>Subtotal</b>	<b>317,3</b>	<b>2.426,0</b>	<b>2.743,3</b>
<b>Total sem Fundação CESP</b>	<b>317,3</b>	<b>2.426,0</b>	<b>2.743,3</b>
Fundação Cesp - Confissão de Dívida	0,0	391,2	391,2
Fundação Cesp - Ajuste de Reserva Matemática	0,0	981,6	981,6
Fundação Cesp - Custo Atuarial	0,0	0,0	0,0
<b>Total com Fundação CESP</b>	<b>317,3</b>	<b>3.798,8</b>	<b>4.116,1</b>

R\$ milhões

<b>Dívida</b>	<b>4.116,1</b>
Disponibilidades*	1.664,4
<b>Dívida Líquida</b>	<b>2.451,7</b>
Leasing	15,4
<b>Dívida Líquida sem Leasing</b>	<b>2.436,3</b>

\* Caixa + Títulos e Valores Mobiliários